



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E EXATAS - CCHE
CAMPUS VI POETA PINTO DO MONTEIRO

EDVÂNIA CRISTINA DE OLIVEIRA FREITAS

**IMPLICAÇÕES DAS CONDICIONALIDADES NA EFICÁCIA DOS
GASTOS PÚBLICOS: UMA ANÁLISE DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA.**

MONTEIRO - PB
2017

EDVÂNIA CRISTINA DE OLIVEIRA FREITAS

**IMPLICAÇÕES DAS CONDICIONALIDADES NA EFICÁCIA DOS
GASTOS PÚBLICOS: UMA ANÁLISE DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA.**

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO
apresentado ao Centro de Ciências Humanas e
Exatas da Universidade Estadual da Paraíba
(UEPB), como requisito parcial para obtenção
do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador: Prof. Dr. Mamadou Dieng

F866i Freitas, Edvânia Cristina de Oliveira.

Implicações das condicionalidades na eficácia dos gastos públicos [manuscrito] : uma análise do Programa Bolsa Família / Edvânia Cristina de Oliveira Freitas. - 2017.

79 p. : il. color.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Humanas e Exatas, 2017.

"Orientação: Prof. Dr. Mamadou Dieng, Departamento de Ciências Contábeis".

1. Gastos públicos. 2. Programas sociais. 3. Programa Bolsa Família. I. Título.

21. ed. CDD 336.39

EDVÂNIA CRISTINA DE OLIVEIRA FREITAS

**IMPLICAÇÕES DAS CONDICIONALIDADES NA EFICÁCIA DOS
GASTOS PÚBLICOS: UMA ANÁLISE DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA.**

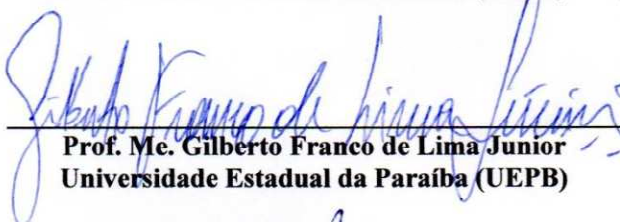
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO
apresentado ao Centro de Ciências Humanas e
Exatas da Universidade Estadual da Paraíba
(UEPB), como requisito parcial para obtenção
do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

Aprovada em: 02/08/2017.

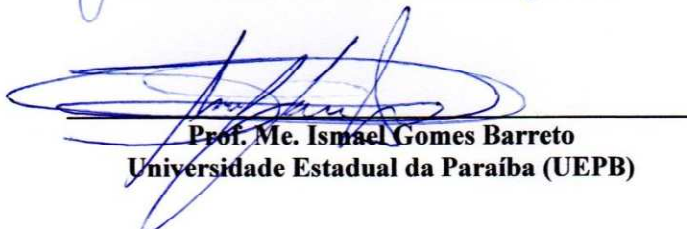
BANCA EXAMINADORA



**Prof. Dr. Mamadou Dieng (Orientador)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)**



**Prof. Me. Gilberto Franco de Lima Junior
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)**



**Prof. Me. Ismael Gomes Barreto
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)**

Aos meus pais, *in memoriam*, como resultado do amor, do carinho e acima de tudo, dos valores que me ensinaram e que me levaram a todas as conquistas que obtive até aqui.

Painha e Mainha, onde quer que vocês estejam, saibam que o lado bom de mim e todas as coisas boas que construí foram frutos da minha vontade de ser uma boa filha, a qual pudessem se orgulhar. Amo muito vocês e sempre amarei.

AGRADECIMENTO

Acima de tudo, primeiramente, agradeço a Deus pelo dom da vida e por mais esta conquista.

Aos meus saudosos pais, Ezaú Antonino de Freitas e Josefa de Fátima de Oliveira Freitas por terem se dedicado à minha educação, vocês fizeram de mim a pessoa que hoje sou, tenho muito orgulho de ser filha de vocês.

Aos meus irmãos (as) Edjane Cristina de Oliveira Freitas, Edlange Cristina de Oliveira Freitas e Edjaelson de Oliveira Freitas por sempre acreditarem em meus estudos, me dando força e estímulo. Aos meus amados sobrinhos (as) que me proporcionam equilíbrio e amor: Ellen Cristina, Luisy Cristina, Laura Cristina, Lívia Cristina e Elias Freitas.

De forma muito especial agradeço ao professor e orientador Dr. Mamadou Dieng pelas contribuições teóricas, pelo apoio ao tema desse trabalho e pelos subsídios que se foram moldando para o resultado final dessa pesquisa, a você ficará sempre minha eterna gratidão, respeito e amizade.

Agradeço a um grande amigo José Anchieta Barros (in memorian), por ter me proporcionado o primeiro contato com a profissão contábil á você minha admiração e gratidão eterna.

As entrevistadas, beneficiárias do Programa Bolsa Família, pela atenção e pelo tempo a mim dispensado na qual sou muito grata pela confiança em dividir comigo as particularidades de suas vidas. **MUITO OBRIGADA!**

“Ninguém é suficientemente perfeito, que não possa aprender com o outro e, ninguém é totalmente destituído de valores que não possa ensinar algo ao seu irmão”.

São Francisco de Assis

RESUMO

É por meio dos gastos públicos que o governo transforma os recursos em benefícios para a sociedade, aplicando-os nas mais diversas áreas bem como, saúde, educação e segurança. Os Programas de Transferência de Renda, surgiram como instrumento através da alocação dos recursos públicos para minimizar a redução da pobreza e a desigualdade social, propondo combater a pobreza através da contrapartida das famílias elegíveis que terão que cumprir com os requisitos obrigatórios, vinculados nas áreas da saúde e educação do município do qual o beneficiários está inserido, para que seja realizada a obtenção da transferência do recursos direta às famílias beneficiárias. A pesquisa tem a pretensão de averiguar as implicações das condicionalidades na eficácia dos gastos públicos, fazendo uma análise do Programa Bolsa Família, tendo como alguns de seus objetivos: investigar como as famílias se interagem e se cumprem com as condicionalidades determinadas pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA) do programa e analisar a eficácia do Programa Bolsa Família, observando a relação entre as condicionalidades dos gastos e o cumprimento das metas impostas pelo programa. A metodologia da pesquisa deu-se por meio da aplicação de um questionário aos beneficiários do Programa Bolsa família que tinha 18 perguntas abertas e fechadas. Numa amostra de 110 beneficiários aleatórios que residem na zona urbana e rural do município de Sumé/Pb, com predominância na faixa etária de 31 a 40 anos, estado civil solteira, escolaridade ensino fundamental incompleto, sendo que de 1 a 3 filhos frequentam a escola, possuindo renda inferior a 1 (um salário mínimo), constatando-se ainda que a motivação para se inscreverem no programa foi por necessidade sem nenhum trabalho para manter a casa. Os resultados com relação ao cumprimento das condicionalidades saúde, fica evidente de acordo com a pesquisa que as beneficiárias cumprem o cronograma da agenda do cartão de vacinação, pré-natal e frequentam as unidades de saúde, comprova-se ainda que na condicionalidade educação os filhos em sua maioria frequentam a aula, de forma que o benefício permite por meio da obrigatoriedade das condicionalidades a frequência na busca pelos serviços públicos de maneira que o investimento alocado pelo Governo Federal tenha cumprido seu propósito.

Palavras chave: Condicionalidades. Beneficiária. Gastos públicos.

ABSTRACT

It is through public spending that the government turns the resources into benefits for society, applying them in the most diverse areas as well as health, education and security. Income Transfer Programs have emerged as an instrument through the allocation of public resources to minimize poverty reduction and social inequality, proposing to combat poverty through the counterpart of eligible families who will have to comply with the mandatory requirements, linked in the areas of Health and education of the municipality of which the beneficiaries are inserted, in order to obtain the transfer of funds directly to beneficiary families. The research intends to investigate the implications of conditionalities on the effectiveness of public spending, analyzing the Bolsa Família Program, and has as one of its objectives: to investigate how families interact and comply with conditionalities determined by the Ministry of Social Development (MDSA) program and analyze the effectiveness of the Bolsa Família Program, noting the relationship between the conditionalities of spending and the fulfillment of the goals imposed by the program. The methodology of the research was given through the application of a questionnaire to the beneficiaries of the Bolsa Família Program that had 18 open and closed questions. In a sample of 110 random beneficiaries residing in the urban and rural area of the municipality of Sumé / Pb, predominantly in the age group of 31 to 40 years, single civil status, elementary school incomplete education, and 1 to 3 children attend school, With an income of less than one (one minimum wage), it was also verified that the motivation to enroll in the program was by necessity with no work to maintain the house. The results with respect to compliance with health conditionalities, it is evident according to the research that the beneficiaries fulfill the schedule of the vaccination card, prenatal and attend the health units, it is also proven that in conditionality education the children Most of them attend classes, so that the benefit allows through the obligatory conditionalities the frequency in the search for public services so that the investment allocated by the Federal Government has fulfilled its purpose.

Keywords: Conditionalities. Beneficiaries. Public expenditure.

LISTA DE FIGURAS

Figura – 1	Três Dimensões do Programa Bolsa Família.....	29
Figura – 2	Ciclo Operacional da Condicionalidade Educação.....	31
Figura – 3	Fluxograma Operacional do Programa Bolsa Família.....	33
Figura – 4	Resumo dos Resultados analisados dos estudos anteriores na área de educação.....	36
Figura – 5	Resumo dos Resultados analisados dos estudos anteriores na área de saúde.....	37
Figura – 6	Resumo dos Resultados analisados dos estudos anteriores na área de trabalho.....	38
Figura – 7	Mapa Territorial do Municipal de Sumé/PB.....	46
Figura – 8	Mapa da área situada á sede do Programa Bolsa Família.....	48

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico – 1	Distribuição da idade dos beneficiários.....	50
Gráfico – 2	Sexo dos beneficiários do PBF.....	51
Gráfico – 3	Nível de Escolaridade das beneficiárias do PBF.....	52
Gráfico – 4	Filhos por Famílias Beneficiárias do PBF.....	53
Gráfico – 5	Número de filhos por famílias que frequentam a escola.....	54
Gráfico – 6	Estado Civil das Beneficiárias do PBF.....	55
Gráfico – 7	Renda Familiar.....	56
Gráfico – 8	Mercado de Trabalho.....	57
Gráfico – 9	Motivo de inserção no PBF.....	58
Gráfico - 10	O PBF complementa a renda familiar.....	59
Gráfico - 11	O PBF melhorou na alimentação da família.....	60
Gráfico - 12	O valor pago pelo PBF é pouco.....	61
Gráfico - 13	Cartão de vacinação (Filhos das beneficiárias do PBF).....	62
Gráfico - 14	Beneficiárias que frequentam o serviço de saúde.....	63
Gráfico - 15	Beneficiárias Gestantes.....	64
Gráfico - 16	Frequência e desempenho escolar dos filhos das beneficiárias.....	65

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AIBF II	Pesquisa Avaliação do Impacto do Programa Bolsa Família II
CADÚNICO	Cadastro Único de Programas Sociais
CEF	Caixa Econômica Federal
CGU	Controladoria Geral da União
CRAS	Centro de Referência da Assistência Social
FNAS	Fundo Nacional da Assistência Social
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IGD	Índice de Gestão Descentralizada
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
MDSA	Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário
MEC	Ministério da Educação
MPF	Ministério Público Federal
MS	Ministério da Saúde
PACS	Programa de Agentes Comunitário de Saúde
PBF	Programa Bolsa Família
PIB	Programa Interno Bruto
SECAD	Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade
SENARC	Secretaria Nacional de Renda e Cidadania
SCFV	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
SUAS	Sistema Único da Assistência Social
STN	Secretaria do Tesouro Nacional
TCE	Tribunal de Contas da União
UBS	Unidade Básica de Saúde

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	16
1.1	Delimitação do Tema.....	16
1.2	Caracterização do Problema.....	18
1.3	Objetivos da Pesquisa.....	18
1.3.1	Objetivo Geral.....	18
1.3.2	Objetivos Específicos.....	18
1.4	Justificativa.....	19
2	REFERENCIAL TEÓRICO.....	20
2.1	Histórico das Políticas e Programas Sociais.....	20
2.2	Gastos Públicos em Programas Sociais.....	21
2.3	Controle e Avaliação dos Programas Sociais.....	22
2.4	Cadastro Único.....	23
2.5	Programa Bolsa Família.....	25
2.5.1	Composição do Benefício do Programa Bolsa Família.....	26
2.5.2	Dimensões do Programa Bolsa Família.....	29
2.5.3	Entendendo as Condicionalidades.....	30
2.5.4	Caixa Econômica –Agente Operacional do Programa.....	32
2.5.5	Índice de Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família	34
2.6	Estudos Anteriores sobre a Eficácia do Programa.....	35
2.7	Controle e Fiscalização do Programa Bolsa Família.....	39
2.7.1	Tribunal de Contas da União.....	39
2.7.2	Ministério Público.....	40
2.7.3	Controladoria Geral da União.....	40
2.7.4	Controle Social do Município.....	42
2.7.5	Coordenação Geral de Fiscalização do MDSA.....	42
3	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	44
3.1	População e Amostra da Pesquisa.....	45
3.1.1	Contextualização do Município de Sumé/PB.....	45
3.1.2	Amostra da Pesquisa.....	47
3.2	Coleta e Tratamento dos Dados.....	48
4	ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS.....	50
4.1	Análises Descritivas do Perfil Social das Beneficiárias do PBF.....	50
4.1.2	Faixa Etária das Beneficiárias do PBF.....	50
4.1.3	Sexo dos Respondentes.....	50
4.1.4	Nível de escolaridade das beneficiárias do PBF.....	51
4.1.5	Quantidade de Filhos por Família das beneficiárias do PBF.....	52
4.1.6	Número de Filhos por Família que Frequentam a Escola.....	53
4.1.7	Estado Civil das Beneficiárias do PBF.....	54
4.1.8	Renda Familiar.....	55
4.1.9	Mercado de Trabalho das Beneficiárias.....	56
4.2	Análises da Inserção no Programa e mudança na vida dos beneficiários.....	57
4.2.1	Motivo de Inserção no PBF.....	57
4.2.2	Complementação da Renda das Beneficiárias.....	58
4.2.3	Melhoria na Alimentação da Família.....	59
4.2.4	Valor Pago pelo Programa.....	60
4.3	Investigando o Cumprimento das Condicionalidades do Programa.....	61
4.3.1	Análise da Condicionalidade Saúde- Cartão de Vacinação.....	61

4.3.2	Análise da Condicionalidade Saúde- Acompanhamento.....	62
4.3.3	Análise da Condicionalidade Saúde-Gestante.....	63
4.3.4	Análise da Condicionalidade Educação.....	64
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	66
	REFERÊNCIAS	68
	APENDICE.....	73
	ANEXO.....	75

1 INTRODUÇÃO

1.1 Delimitação do Tema

Em toda a América Latina e em especial no Brasil, infelizmente não foi possível organizar um estado de bem estar social, adequado e suficientemente capaz de contemplar toda sua população vulnerável, que pudesse suprir todas suas necessidades básicas de existência. O sistema de proteção social inserido era voltado para os seguimentos formais da economia, deste modo proporcionava uma assistência deficitária que atendia a apenas, uma parcela mínima da população, excluindo de maneira efetiva os mais pobres, portanto era cada vez mais difícil inserir no mercado de trabalho, quem estava em condição de pobreza. (LAVINAS, 2005). O Brasil um país que historicamente e socialmente é conhecido pela má distribuição de riqueza, por sua vez constituiu diferenças sociais. A efetuação de programas sociais resulta em grandes desafios, baseado em alguns fatores, como a concentração populacional, e mudança da visão assistencial para a visão política.

Os programas sociais ou programas de transferência de renda surgiram como uma possibilidade imediatista para combate a pobreza. Nos anos 90, o cenário econômico que o país vivenciava com a abertura da economia e do comércio de capitais a queda da taxa de inflação e redução da participação do estado na economia, todas essas mudanças tiveram consequências como: crescimento do desemprego, redução dos empregos industriais e o aumento do emprego informal.

No ambiente de desequilíbrio de desemprego e baixa escolaridade da sociedade foi que em 09 de janeiro de 2004, foi criada a Lei 10.836 do Programa Bolsa Família destina as ações de transferência de renda com condicionalidades, onde todos os programas já existentes: Auxílio Gás, Bolsa Escola, Bolsa Alimentação e Cartão Alimentação automaticamente foram transferidos para o Programa Bolsa Família.

Em si tratando do ponto chave desta pesquisa, da análise e verificação da aplicação dos gastos públicos do PBF, no qual está ligado ao cumprimento das condicionalidades, uma vez que é um programa de transferência condicionada. Tendo como foco do estudo a oferta dos serviços públicos nas variáveis: saúde e educação.

Em estudos anteriores sobre a eficácia dos programas de transferência de renda condicionada, certificou-se por meio da pesquisa de Avaliação de Impacto do Bolsa Família (AIBF, 2012), nos fala que na região nordeste no que se refere a condicionalidade: Educação “os beneficiários do Bolsa Família que cumprem a condicionalidade de educação apresentam uma frequência escolar acima de 85% para estudantes de 6 a 15 anos com possibilidade de redução de 40% a menos da possibilidade de redução escolar” e ainda no que se refere a condicionalidade: Saúde essa mesma pesquisa averiguou que “mulheres grávidas beneficiárias se mostraram mais presente no acompanhamento pré-natal, comparecendo 1,6 visitas de pré-natal a mais do que as não beneficiárias”.

A Secretaria Nacional de Renda de Cidadania (SENARC), do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA) é o órgão público que institui normas para a aplicação do recurso, defini valores de benefício, determina a comunicação com os municípios e ainda definir e acompanhar contrapartidas, estabelecendo metas- portanto propõe o orçamento anual do Programa Bolsa Família (PBF). Em suma a SENARC gerência o programa, tomando todas as decisões, designa os critérios de quem virá a ser beneficiários e a quantia a qual possivelmente irá receber, elabora o questionário do Cadastro Único (CADUNICO) e orientações para suspensão e corte dos benefícios, entre outras questões operacionais á serem cumpridas.

Segundo a cartilha do PBF (2013, pag. 4):

O Programa possui três sustentáculos principais: o repasse financeiro que promove a atenuação imediata da pobreza; as condicionalidades que corroborar ao acesso a direitos sociais básicos nas esferas da educação, saúde e assistência social, o comprometimento da administração pública em oferecer esses serviços; e ainda as ações e programas complementares que destinam-se ao desenvolvimento das famílias.

Ao longo de toda a trajetória e evolução das políticas públicas sociais, os gestores das Secretarias Municipais de Assistência Social, instituição pública vinculada ao Programa Bolsa Família se deparam com uma deterioração no volume de investimento público. Assim, tem sido recorrente e imprescindível o discurso por melhor qualidade e aplicação mais eficaz dos recursos públicos. No entanto, apesar da evolução técnica do Tribunal de Contas da União, órgão externo ao Poder Executivo federal e responsável pela avaliação de desempenho da eficácia dos recursos públicos federais, onde a aplicação com a devida quantificação de sua eficácia, ainda tem sido um desafio quanto a sua aplicabilidade no gerenciamento ou falta dela, podendo atingir a família/beneficiária.

Seria usual se fosse considerado os princípios da eficiência, eficácia e efetividade em si tratando de recursos alocados da união, porém irei fazer uma análise na qual se refere apenas as implicações das condicionalidades na eficácia dos gastos públicos: uma análise do Programa Bolsa Família, trata-se da “avaliação da relação entre os objetivos e instrumentos explícitos de um programa e seus resultados efetivos” (FIGUEIREDO e FIGUEIREDO, 1986,p.20), ou, seja se a finalidade proposta ao programa foi de fato realizada.

Os autores Marinho & Façanha (2001, p. 1) afirmam que: “(...) é importante reconhecer que a efetividade e a eficiência (ou seja, efetividade organizacional) dos programas são ingredientes indispensáveis da eficácia, inclusive para fins de conhecimento dos resultados pretendidos.”

Os programas sociais poderão vir a ser eficazes se previamente efetivos e eficientes, uma vez que os objetivos dos mesmos também são estruturados com o mesmo fim para que de fato seja alcançado o propósito do programa e conseqüentemente a permanência dele.

1.2 Caracterização do Problema

Observando a dimensão do Programa Bolsa Família e o cumprimento obrigatório das condicionalidades, tendo em vista o investimento monetário dos recursos públicos em uma gestão por resultados, direciona a seguinte indagação:

Qual a relação entre condicionalidades e eficácia dos gastos públicos repassados diretamente as famílias beneficiárias dos serviços de saúde e educação?

1.3 Objetivo Geral

Investigar a eficácia dos gastos públicos do Programa Bolsa Família, na perspectiva do cumprimento das condicionalidades essencialmente obrigatórias, impostas pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA) no que tange seus objetivos e metas.

1.3.1 Objetivos Específicos

- Apresentar o contexto e descrever os princípios do Programa Bolsa Família e embasamento legal;

- Investigar como as famílias interagem e cumprem com as condicionalidades determinadas pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA) do programa;
- Analisar a eficácia do Programa Bolsa Família, observando-se a relação entre as condicionalidades dos gastos e o cumprimento das metas impostas pelo programa.

1.4 Justificativa

Considerando o cenário político econômico do País e a ânsia da população em participar mais efetivamente do controle e desempenho dos gastos públicos, levando em consideração os programas sociais, bem como o Programa Bolsa Família se torna imprescindível que os gastos sejam executados de maneira consciente e legal, tanto a sociedade quanto aos órgãos fiscalizadores atuem de maneira contundente e imparcial para assegurar a qualidade e eficácia dos seus serviços. A temática em si é extremamente relevante por ser contemporâneo, trata-se de um programa social atuante com abrangência nacional que tem a pretensão de mudanças socioeconômicas na vida das famílias beneficiárias.

A pesquisa que trata da área da contabilidade pública, mas especificamente falando de governança do serviço público como temática: Implicações das condicionalidades na eficácia dos gastos públicos: uma análise do Programa Bolsa Família pretende cooperar como base de estudo para a avaliação e entendimento da contribuição por meio de repasse financeiro federal para as famílias beneficiárias do programa. Pretende-se mostrar como as famílias lidam no cumprimento com as condicionalidades, haja vista que é imprescindível tanto para que possam ser beneficiados (as) com a transferência do dinheiro quanto para fortalecer e garantir a assistência aos serviços no que se refere a saúde e a educação, desta maneira possibilitar resultados satisfatórios.

2 REFERENCIAL TÉORICO

2.1 Histórico das Políticas e Programas Sociais

No processo de construção da cidadania no Brasil, na década de 1980, mesmo que o país não tenha sido constituído uma Nação de bem estar social, onde o Estado se responsabiliza por atender todas as necessidades da sociedade, bem como de maneira eficaz promover os serviços públicos de qualidade aos usuários.

Segundo Celso e Jaccound (2005 p.19) do ponto de vista das políticas sociais, a Constituição Brasileira de 1988 foi inovadora, lançou as bases para uma expressiva alteração da intervenção social do Estado, alargando o arco dos direitos sociais e o campo da proteção social sob-responsabilidade estatal, redesenhando a políticas e o conceito de beneficiários e dos benefícios.

Os programas sociais de forma generalizada deram-se no final da Republica Velha e no surgimento da Era Vargas, tentando minimizar a situação de vulnerabilidade econômica e de incluir a população no mercado de trabalho, foi nesse cenário que houve a criação do sistema de previdência social.

Castel (1995, p. 27) afirma que:

A consolidação do Estado Social está diretamente relacionada ao reconhecimento, na esfera política, da ineficácia de outras formas de regulação sobre a questão social. Este foi um processo particularmente vigoroso nos países onde o crescimento da produção de riquezas não se identificou com o processo de redução da pobreza operária, associando-se mesmo, em larga medida, como sua causa.

Programas e serviços devem procura o caminho para as respostas de maneira concreta no que diz respeito à exclusão, violência e desigualdade social, que permitam aos indivíduos e usuários a vivência real da cidadania ativa: como sujeitos dos seus destinos, como indivíduos políticos atuantes e como trabalhadores emancipados.

2.2 Gastos Públicos em Programas Sociais

Na Lei nº 4.320/64 onde regulamenta os registros contábeis dos gastos públicos, além das publicações das normas pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), o instrumento que operacionaliza os gastos do governo é o orçamento, onde segundo Giacomoni (1992, p.13), mostra por meio físico e financeiro o programa de governo e formas de financiamento.

A princípio é importante entendermos o orçamento público que é constituído por receitas e despesas, onde as receitas são decorrentes de recursos como: tributos, impostos, taxas. As despesas é todo o dinheiro que sai dos cofres públicos para investimento. No entanto iremos falar de gastos públicos.

O Município, o Estado e a União realiza o recolhimento das receitas para logo em seguida executar as despesas com o objetivo de beneficiar a sociedade, prestando serviços públicos que possa atender todas as necessidades indispensáveis à comunidade como: saúde, educação, segurança pública, assistência social entre outros, resguardados na Constituição Federal de 1988. De acordo com Borges “os gastos públicos representam o custo da quantidade e da qualidade dos serviços oferecidos pelos governos” (2012, p. 24).

Os gastos públicos é o principal meio pelo qual o agente público investido em cargo público põem em prática suas prioridades de Governo. Rian (2002, p.80) ainda reforça que os gastos são escolhas que os administradores públicos realizam na aplicação dos recursos públicos nos variados serviços para a comunidade, no entanto não é só somente um aumento de serviços públicos.

De acordo com Giambiagi e Além (2008, p.9) esclarece que o governo não é algo intocável, é uma instituição que recolhe recursos e volta por meio de serviços para corresponder às demandas do contribuinte para a sociedade.

No estudo das políticas públicas é imprescindível averiguar não apenas a efetividade das demandas de assistências ao cidadão, mas se foram cumpridas com eficiência e eficácia, segundo Wander (2010, p.3) “A análise da eficiência e eficácia no sentido custo-eficácia consiste em comparar os custos necessários para alcançar certo nível de resultado para diferentes políticas”, o gasto não será de qualidade apenas com a minimização das despesas, o serviço precisa ser melhorado, pois somente com esse aspecto pode se caracterizar em ineficiência de oferta de serviço público.

Entende-se que a e a eficácia é a apreciação dos objetivos projetados em relação ao que foi de fato atingido. Wander (2010, p. 2):

Eficácia é medida de acordo com os efeitos próprios da política. Essa política se apoia sobre a focalização dos fatos suscetíveis de explicar a capacidade da política em agir sobre a atividade focada. Portanto, a eficácia é o resultado da interação entre uma intervenção exógena e uma dinâmica social endógena.

A eficácia é o efeito da aplicação de políticas públicas no que se refere a impactos sociais concretos, considerando que podemos perceber as transformações que esta política implantada gerou na sociedade, ou seja, a eficácia resulta em adotar a técnica certa, focando nos objetivos.

É notório que a administração pública precisa adaptar-se a metodologias de gestão que possam viabilizar a qualidade e a eficiência para assim poder desempenhar seus objetivos, sendo assim possibilitando à comunidade o que é seu de direito e conseqüentemente atendendo com o que está inscrito na legislação em vigor.

2.3 Controle e Avaliação dos Programas Sociais

Segundo Ribeiro Filho (1997, p. 14), o tema controle passou a ser considerado com maior importância no curto-prazo, uma vez que permite medir a eficiência, eficácia, da produtividade e da efetividade na administração de recursos públicos.

Quando se refere em controle pensamos em estar no comando da situação, só que controlar é mais além. Controle é o “ato de dirigir qualquer serviço, fiscalizando-o e orientando-o do modo mais convincente” (MOREIRA, 2004, p.1)

A expressão controlar traz sempre a ideia central de verificação e disciplina do exercício de atividades. Daí, duas versões: a do direito francês, segundo a qual o controle implica o reexame de um ato, ou situação jurídica, e outra, a do inglês no sentido de poder diretivo, vigilância, domínio, sobre uma atividade programada. (MOREIRA, 2004, p 2).

BARBOSA (2002, 11) orienta que procedimentos de controle permitem a retificação e o aperfeiçoamento para se alcançar os objetivos dos programas, tanto como novos auxílios para futuros planejamentos. Uma vez que a falta de controle tem como consequência a permanência (mesmo inadequados), proporcionando desperdício ou, no mínimo, mau uso dos recursos públicos, sendo assim o controle tem a primordial função de prevenir e assegurar o cumprimento dos recursos públicos para a finalidade na qual foi destinada.

Os programas são obrigações das entidades públicas, que de maneira imediatista visa usufruir a necessidade de uma classe da sociedade, onde devido a sua condição de pobreza não tem acesso aos serviços básicos para a sobrevivência.

Os programas sociais consistem em desdobramentos do processo de planejamento setorial e são concebidos e implementados para alcançar determinados propósitos da política social. Isto é, à medida que todos os problemas sociais não podem ser enfrentados simultaneamente e com igual intensidade, a ação governamental é direcionada para o atendimento de linhas de atuação prioritárias (FAGUNDES; MOURA, 2009, p. 96).

Ao conceituar a avaliação, é imprescindível analisarmos seu objetivo e as atividades que são inerentes para o cumprimento. No processo de avaliação pode provocar muitas vezes julgamento de valor, na qual o indivíduo leva em consideração erroneamente os seus pensamentos individuais no qual reforça Worthen *et al.* (2004, p. 57) afirma que há avaliações mal delineada, mal executadas ou inadequadas, destacando a importância das normais avaliativas, cuja melhora deve ocorrer para que as avaliações tenham alcançado os objetivos desejados.

Os autores descrevem que o “verdadeiro problema da avaliação é sua frequência e magnitude”.

A avaliação não deve ser concebida como uma atividade isolada e autossuficiente. Ela faz parte do processo de planejamento da política social, gerando uma retroalimentação que permite escolher entre diversos projetos de acordo com sua eficácia e eficiência. Também analisa os resultados obtidos por esses projetos, criando a possibilidade de retificar as ações e reorientá-las em direção ao fim postulado (COHEN; FRANCO, 1994, p. 73).

A avaliação pode ter fundamentos distintos, levando em consideração a fase a ser apreciada. Uma avaliação do gerenciamento e do andamento dos programas enfatiza seu funcionamento e tem como atribuição verificar, por exemplo, se os usuários do programa estão sendo atendidos, se o cronograma está de acordo com o pretendido e se há eficiência e eficácia na alocação dos recursos (NEPP, 1999).

2.4 Cadastro Único (CADÚNICO)

Essa grande ferramenta chamada Cadastro Único foi criada pelo Decreto nº 3.877 de 24 de julho de 2001, destinado a ser um instrumento que possa reunir todas as informações em um único banco de dados das famílias em situação de vulnerabilidade econômica que

tenha renda de até 1 (um) salário mínimo por pessoa na residência e ainda possibilita o mapeamento da situação de pobreza no País.

Art. 1 Fica instituído o formulário anexo, como instrumento de Cadastramento Único para ser utilizado por todos os órgãos públicos federais para a concessão de programas focalizados do governo federal de caráter permanente, exceto aqueles administrados pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e pela Empresa de Processamento de Dados da Previdência Social - DATAPREV. § 1 Fica obrigatório o uso do formulário anexo, a partir de 15 de setembro de 2001. (BRASIL, 2009a).

Para se tornar beneficiário de quaisquer que seja o programa social, vinculado ao Ministério de Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA), é necessário realizar o cadastramento no CADÚNICO, portanto é imprescindível que a pessoa que faz o cadastro sempre a mantenha atualizado uma vez que é a porta de entrada para ser beneficiado (a) com o Programa Bolsa Família.

O CADÚNICO é um meio conveniente para uma gestão consciente, pois ele só funciona se envolver todo o país, sendo independente do controle das entidades públicas municipais ou de outras instâncias. O importante é evidenciarmos a competência do Cadastro Único, como meio garantir a inclusão de todos os cidadãos em condições de pobreza poder de forma transparente de fato e de direito estarem inseridos neste banco de dados e assim consequentemente poderem participar de programas sociais, de acordo com os critérios estabelecidos pelos órgãos.

Considerando ainda que realiza um levantamento preciso diante da realidade econômica e social das famílias pobres, as informações mais importantes são (1) vulnerabilidade-composição demográfica, presença de mulheres gestantes e em período de amamentação, indivíduos com necessidades especiais; (2) educação – analfabetismo, escolaridade; (3) trabalho – participação no setor trabalhista, evolução no trabalho, formalização; (4) disponibilidade de recurso – rendimento e despesa familiar per capita; (5) em estar infantil – trabalho infantil, frequência e progressão escolar; (6) condições habitacionais - a acesso água e energia elétrica.

Barros (2009, p.12), considerando a abrangência do Cadastro Único que pode ser considerado um censo demográfico das famílias pobres brasileiras, e dada à cobertura das informações que são adquiridas, podendo ser utilizado de inúmeras maneiras como ferramenta ao combate à pobreza no Brasil. Podendo servir não apenas para a seleção das famílias para o Bolsa Família, como para selecionar futuros beneficiários de outros programas do governo,

definir cotas e graus de focalização, elaboração de diagnósticos precisos e adaptação das ações sociais onde poderá ser em nível municipal, estadual ou até nacionais.

É importante destacar que, o cadastramento não dar garantias de inclusão imediata no programa, não existe prazo determinado para receber o benefício do Programa Bolsa Família para as famílias que já estão cadastradas no CADÚNICO. Para passar a ter o direito do benefício, a família irá esperar que o sistema analisasse as informações do Cadastro Único verificando se tem os critérios/perfil do programa e ainda se o município tem vagas para mais outras famílias carentes serem contempladas com o benefício.

Segundo a Cartilha do PBF (2005, p.12), quanto à exclusão do benefício, o (a) gestor (a) do programa do município irá excluir o cadastro do beneficiado do Cadastro Único apenas quando acontecer “O falecimento de toda a família; Recusa da família em prestar informações; For constatadas a omissão de informações ou prestar informações inverídicas e que caracterizar má fé”.

2.5 Programa Bolsa Família

A gestão dos programas de transferência de renda que passou a ser programa Bolsa família fez com que, os estados, os municípios e a União, pensando numa maior amplitude no alcance para um número maior de famílias beneficiadas, pois anteriormente os programas de transferência de renda existiam em condições de uma coordenação que resultava em famílias recebendo mais do que de fato seria de acordo com os critérios estabelecidos pelo programa, e conseqüentemente outras em situação de maior vulnerabilidade econômica recebendo inferior, e nessa dinâmica organizacional implicava na eficiência dos programas.

O Programa Bolsa Família criada através da Lei nº 10.836, de 09 de janeiro de 2004, e regulamentado pelo Decreto no 5.209, de 17 de setembro de 2004, é o principal programa de transferência de renda do governo federal administrado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA), que tem como objetivo contemplar famílias de pobreza extrema com renda mensal *per capita* R\$ 77,00 (setenta e sete reais) e pobres com renda mensal de R\$ 77,01 (setenta e sete reais e um centavos) e a R\$ 154,00 (cento e cinquenta e quatro reais) *per capita*.

O programa se torna efetivo por meio de um benefício que se classifica em duas linhas de pobreza na qual se torna elegíveis para que a família possa se beneficiar, por meio do critério da renda per capita, onde se soma todas as rendas da família, divide-se pelo número

de moradores e desse modo encontra-se a renda, de acordo com a Lei nº 10.836 define-se família:

(...) unidade nuclear, eventualmente ampliada por outros indivíduos que com ela possuam laços de parentesco ou de afinidade, que forme um grupo doméstico, vivendo sob o mesmo teto e que se mantém pela contribuição de seus membros.

Segundo Sátyro e Soares (2009 p.12), as famílias que tem renda per capita superior á linha de pobreza extrema, embora inferiores á linha de pobreza não extrema, são elegíveis ao benefício variável que se condiciona a quantidade de crianças com idade de zero a 14 anos onde permite ao numero máximo de 3 (três) crianças por família e as que têm renda per capita inferior á linha de pobreza extrema esta apto a receber a um benefício fixo sendo ignorado o número de pessoas na residência e elegível ainda a receber o benefício variável que as famílias que tem renda atingida de pobreza e pobreza máxima. Mantem-se ainda um segundo benefício variável que está ligado à quantidade de adolescente nas famílias, com faixa etária de 15 a 16 anos que tenha seja no máximo de até dois jovens adolescentes na família, o cadastro do beneficiário é realizado no nome da mãe, só em sua ausência que é feito em nome do Pai.

2.5.1 Composição do Benefício do Bolsa Família

- **BENEFÍCIO BÁSICO:** para as famílias em situação de extrema pobreza, embora não possua crianças, adolescentes ou jovens;
- **BENEFÍCIO VARIÁVEL:** para ás famílias em situação de pobreza e extrema pobreza, que seja constituída de gestantes, nutrizes, crianças e adolescentes de até 15 anos, podendo receber até cinco benefícios variáveis;
- **BENEFÍCIO VARIÁVEL VINCULADO AO ADOLESCENTE (BVJ):** para ás famílias que possuam jovens adolescentes entre 16 e 17 anos;
- **BENEFÍCIO PARA A SUPERAÇÃO DA EXTREMA POBREZA (BSP):** para ás famílias que tenha renda familiar per capita mantida igual ou inferior a R\$ 77,00, mesmo quando tenha recebido todos os benefícios do PBF (básico, variáveis ou BVJ), desde modo o valor do BSP será igual á soma necessária para que a renda per capita supere a linha de extrema pobreza (R\$ 77,00).

Valores unitários para cada benefício:

Modalidade do benefício	Valor unitário do benefício
Benefício Básico	R\$ 77,00
Benefício Variável	R\$ 35,00
Benefício Variável Vinculado ao Adolescente	R\$ 42,00

O Benefício para a Superação da Extrema Pobreza (BSP), não consta nessa tabela, pois o seu valor não é fixo e deve ser calculado caso a caso.

Fonte: Manual Gestão Programa Bolsa Família

Focalizado em atingir os mais vulneráveis, o Ministério de Desenvolvimento Social e Agrário, criou métodos para identificar as famílias extremamente pobres, fazendo-se parceiro no Plano Brasil sem Misérias no ano de 2011, tendo como meta beneficiar as famílias que ainda recebem o PBF, sendo assim incluindo-as nos programas sociais da União, Estado ou Município.

Ao se tornarem beneficiadas as famílias receberão seu benefício por um período de 2 (dois) anos, mais é imprescindível que os gestores municipais do Programa Bolsa possam realizar a busca ativa, que nada mais é que a visita domiciliar de um técnico do programa à família, na qual é atualizado o cadastro do beneficiado e conseqüentemente averiguar se houve alteração nas condições econômicas, no entanto existe uma grande dificuldade para esta atualização cadastral ser eficiente, cumprindo dentro dessa perspectiva de prazo, pois devido ao grande número de beneficiários nos municípios a quantidade de técnicos é inferior para atingir todas as famílias em tempo hábil para cumprir o prazo estipulado.

Caso o beneficiário (a) do Programa, mudar o cenário econômico de sua família, seja por meio de um salário (entrando na formalidade) ou um benefício previdenciário, o que irá elevar a renda per capita da família, o gestor do Programa Bolsa Família deverá ser informado para que haja o cancelamento no prazo de um mês após a comunicação.

O programa tem embasamento legal na Constituição Federal de 1988, sendo disposto nos princípios, de acordo com o Manual de Gestão do P. Bolsa Família (2015):

- Enfrentamento da pobreza e da desigualdade social: é obrigação de todos os entes federados a resolução dos problemas sócias do país, ou seja, responsabilidade compartilhada.

- Proteção social não contributiva: é o livre acesso a serviços, programas, projetos e benefícios, embora não tenha natureza arrecadadora de impostos.
- Proteção social à família: é de responsabilidade do Estado apoiar a família e tudo que ela representa para com a sociedade, uma vez que possa exercer seu papel na assistência e no zelo para com seus membros familiares. A formatação da constituição de família se difere como: casais com filhos mais velhos, mulheres sozinhas com filhos, e ainda com realidade e necessidades diferentes, portanto o Estado imprescindivelmente deve respeitar as diferenças para corroborar com a proteção que a família simboliza.
- Intersetorialidade: pressupõe a relação com os setores que são necessários para garantir aos cidadãos os direitos que lhes são garantidos por meio da constituição como: educação, saúde, assistência social.
- Gestão descentralizada: princípio constitucional que permite a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios desempenhem conjuntamente para a efetivação do Bolsa Família e do Cadastro Único.
- Inclusão social: se trata do processo que faz com que um indivíduo seja excluído socialmente, ocorre por meio de privações, famílias pobres, nível de escolarização baixa, alimentação deficiente, condições de trabalhos precárias, falta de moradia, e ainda a condição socioeconômica como: deficiência física ou intelectual, direitos básico que não estão disponíveis para todos.

Os objetivos do Bolsa Família encontram-se descritos no Decreto n.º 5.209, de 17 de setembro de 2004:

Art. 4º Os objetivos básicos do Programa Bolsa Família, em relação aos seus beneficiários, sem prejuízo de outros que venham a ser fixados pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, são:

I - promover o acesso à rede de serviços públicos, em especial, de saúde, educação e assistência social;

II - combater a fome e promover a segurança alimentar e nutricional;

III - estimular a emancipação sustentada das famílias que vivem em situação de pobreza e extrema pobreza;

IV - combater a pobreza;

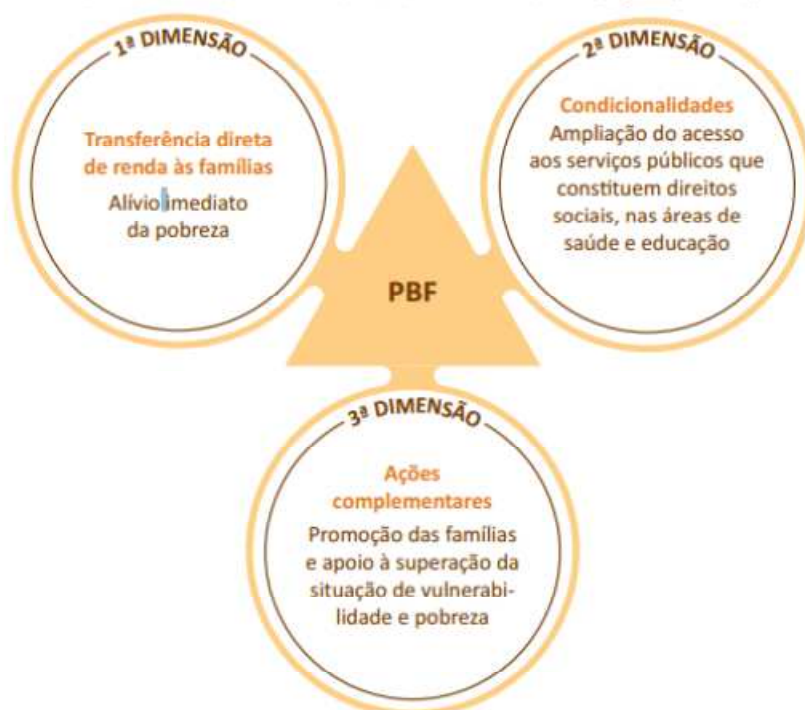
V - promover a intersetorialidade, a complementaridade e a sinergia das ações sociais do Poder Público.

Observando a natureza participativa para com o gerenciamento do Programa Bolsa Família, considerando que sua administração é compartilhada com a União, estados, Distrito Federal e municípios que de forma agregada devem está intrinsecamente unidos para aperfeiçoar, ampliar e fiscalizar o andamento do programa. No entanto para acompanhar a execução dos objetivos do Bolsa Família, o Ministério de Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA), dispõe como primordial mecanismos o Índice de Gestão Descentralizada (IGD), onde segundo Estrella e Ribeiro (2008), o IGD verifica os registros e informações sobre as condicionalidades, e se baseia em dados da administração municipal.

2.5.2 Dimensões do Programa Bolsa Família

A figura a baixo, mostra de maneira simplificada as 3 (três) dimensões do Programa Bolsa Família, onde a cada círculo nos orienta a representatividade e respectivamente sua importância.

Figura 1 - Três dimensões do PBF



Fonte: Manual Gestão Programa Bolsa Família (2015)

1ª Dimensão - Transferência direta de renda às famílias: substancialmente e de forma efetiva contribui de imediato para que os beneficiários do programa sejam capazes de suprir as necessidades de pobreza.

2ª Dimensão - Condicionalidades: para receber o benefício é indispensável que o favorecido obedeça as condicionalidades impostas, são compromissos atribuídas as famílias tanto na área da saúde quanto na educação.

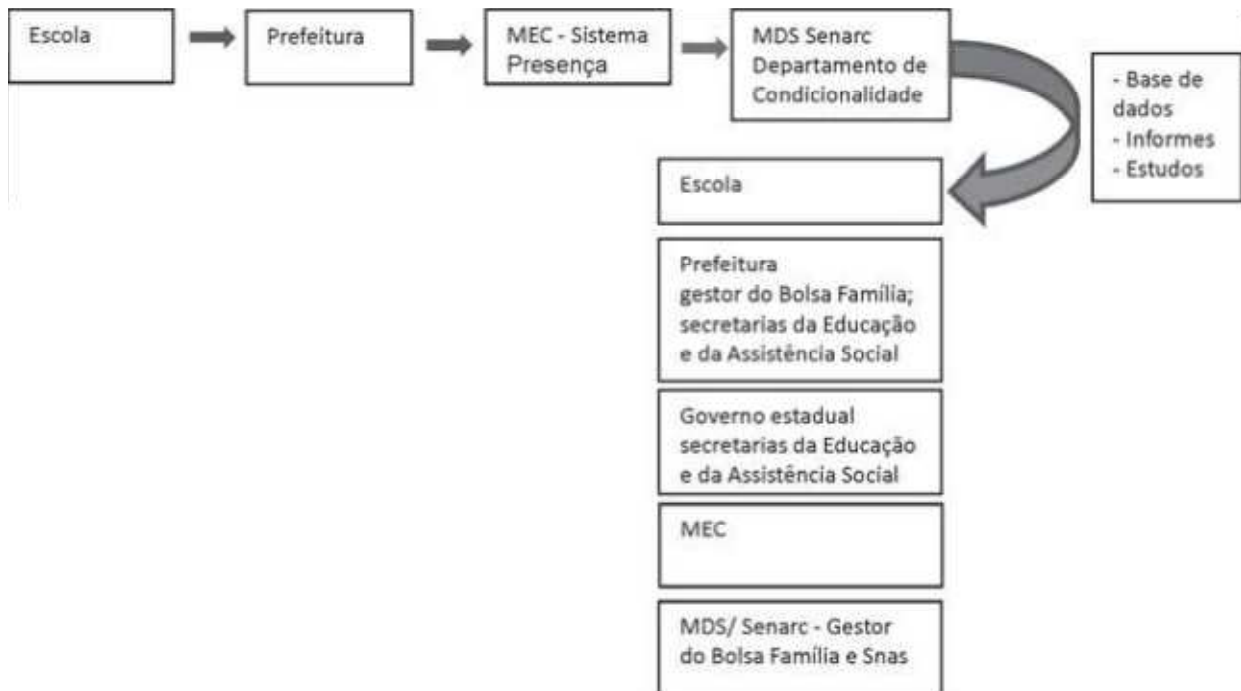
3ª Dimensão - Ações complementares: tem o propósito de proporcionar às famílias oportunidades para que os beneficiários superem a circunstância de vulnerabilidade social na qual estão inseridos. Segundo Lima (2015, p.13) “a situação de vulnerabilidade social de um indivíduo ou de uma família está relacionada á sua exposição aos riscos e á sua capacidade de enfrenta-los”, as ações estão ligadas a União, estados, Distrito Federal e municípios e ainda a todas as organizações civis.

2.5.3 Entendendo as Condicionalidades

Após a inclusão no programa a família beneficiária se responsabilizará no cumprimento das condicionalidades para as instituição da saúde e educação, Na Educação a matrícula e a frequência escolar da criança, precisa ter no mínimo de 85% de assiduidade em todo o ano letivo tanto criança quanto adolescente na faixa etária de 6 a 15 anos, jovens nas idades entre 16 e 17 anos devem ter no mínimo 75% da frequência escolar. Além da presença das famílias nas atividades educacionais ofertadas pelas instituições de educação ou outros órgão relacionado ao Programa. Na saúde onde é realizado o acompanhamento das gestantes, que cumprirá uma agenda pré-natal, bem como todos os exames de rotina, nutrízes e a periodicidade na apresentação da criança com a atualização do cartão de vacinas, crianças menores entre 0 a 7 anos de idade para acompanhamento de seu crescimento e desenvolvimento.

As vigilâncias no acompanhamento da frequência escolar dos estudantes que estão incluídos no PBF têm sido uma excelente estratégia no combate a evasão escolar, está composto numa pactuação federativa com estados e municípios captada pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD), do MEC, onde as secretarias de educação dos estados e município tem grande importância na operacionalização e gestão no acompanhamento da frequência escolar dos estudantes, diante a coordenação do ministério.

Figura 2. Ciclo operacional da condicionalidade educação



Fonte: FIGUEIRAS (2013).

No que se refere à saúde, o PBF que tem como objetivo a redução da pobreza em conformidade com os processos organizacionais e de atenção do Sistema Único de Saúde, através de uma gestão intersetorial, onde concilia o vínculo das famílias socialmente vulneráveis com a entrada aos serviços básicos de saúde de alimentação e nutrição. Algumas particularidades sobre esta condicionalidade (Saúde) é importante ressaltar, no que se refere às famílias beneficiárias com filhos até 7 anos com mulheres grávidas ou com filhos em idade de amamentação, no qual na primeira situação todas as crianças tem a função do dever de estarem vacinadas mediante o calendário estabelecido pelo órgão competente, bem como realizar consultas e exames médicos periodicamente. Nas famílias com mulheres gestantes ou com filhos amamentando é recomendando que sejam feitos exames pré e pós-natal e ainda a presença em seminários municipais sobre saúde e nutrição.

As condicionalidades atuam para impulsionar os beneficiários (as) na promoção social destas famílias, portanto o crescimento da escolarização e a execução da agenda de compromisso na saúde a serem responsáveis pelo aumento na melhoria das comunidades mais pobres viabilizaria novas perspectivas na inclusão socioeconômica. Na circunstância de que a saúde, a educação e assistência social terem um papel de políticas públicas em âmbito nacional e as condicionalidades serem determinantes e obrigatórios ao PBF, ainda assim por

mais que as políticas públicas tenham esse propósito global e universal, infelizmente não está abrangente a toda a sociedade, onde se pode detectá-las nas ofertas dos serviços e todos os obstáculos encontrados pelas famílias mais pobres do nosso país.

Segundo Currello et al (2010, p.5) diz que a estruturação de uma rede e de uma sistemática de averiguação é preciso que seja compartilhada tanto pelas famílias beneficiárias, onde é preciso que saibam ir em busca dos seus direitos de cidadania e do outro lado pelo poder público, que tem o papel de ofertar os serviços em quantidade e qualidade necessárias para corresponder as demandas das famílias de baixa renda, no entanto o cumprimento das condicionalidades é a ferramenta que monitora de maneira real se os beneficiários (as) estão tendo acessibilidade aos serviços de assistência social, saúde e educação.

O processo de acompanhamento das condicionalidades é efetuado de uma junção por meio dos Ministérios do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA), Ministério da Saúde (MS) e do Ministério da Educação (MEC), cada Ministério fica responsável pelo que lhes é atribuído. Cabe salientar que o MDSA também tem a atribuição e responsabilidade sobre as orientações e regulamentações pertinentes ao desempenho socioassistencial das famílias beneficiárias no que se refere à desobediência das condicionalidades na rede dos serviços ofertados pelo Sistema Único da Assistência Social (SUAS) e pelos estados e municípios.

O município tem a responsabilidade de criar condições e estrutura de atendimento para que o beneficiário (a) do Programa Bolsa Família possa cumprir as condições impostas junto ao Ministério de Desenvolvimento e Agrário (MDSA), por meio de responsáveis da área de: Saúde; Educação; Coordenador do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV); Equipe do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e Equipe do Programa Bolsa Família, com essa rede de atendimento estruturada permite ao município gerar condições de acompanhamento, fiscalização e avaliação às famílias beneficiárias. Portanto caso a família encontre algum tipo de impedimento em cumprir as condicionalidades, a orientação a que deve ser tomada é que busque os órgãos aos quais foram citados acima, pois esse é o objetivo o auxílio da família na superação das dificuldades.

2.5.4 Caixa Econômica – Agente Operacional do Programa

A Caixa Econômica Federal tem a atribuição de coordenar o pagamento dos benefícios em todo o país e ainda em fazer os relatórios para controle e fiscalização do programa.

O programa Bolsa Família permite maior eficiência e transparência nos gastos públicos, com o pagamento do benefício diretamente às famílias, facilitando pela ampla rede de atendimento da Caixa”. (site <http://www.caixa.gov.br/poder-publico/programas-uniao/desenvolvimento-social/bolsa-familia/Paginas/default.aspx>)

As informações das famílias inclusas pelos gestores municipais são repassadas para a Caixa Econômica, onde fornece os aplicativo e formulários do Cadastro Único, e ainda realiza capacitações para os gestores e técnicos do programa operacionalizarem o sistema. Diante deste contexto sistemático o Ministério de Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA) separa as famílias que serão inseridas no programa a cada mês com vistas ao Cadastro único viabilizada pela Caixa.

Após o encaminhamento dos dados enviados ao MDSA, ocorre a validação do cadastro, onde é aprovado ou não, o arquivo é retornado para a CAIXA, onde consequentemente é operacionalizada a folha, a criação dos cartões e por fim a entrega às famílias que o benefício é concedido, juntamente com a senha. Com relação ao pagamento efetivo dos benefícios, se dar por meio das agências, correspondentes bancários e casas lotéricas que estão lotados em todo o território nacional.

Figura3. Fluxograma operacional do Programa Bolsa Família



Fonte: MDSA (2010).

É notório que a Caixa tem uma relevante importância na administração e operacionalização do Bolsa Família, não se limitando apenas ser o responsável pelo pagamento do benefício, e ainda conduz o SUS e o Sistema de Benefícios um dos mais importantes sistemas do PBF, um outro sistema o da investigação das condicionalidades não é

operado pela Caixa. Sendo assim, a Caixa recebe as informações enviadas pelos municípios e gerando de acordo com as regras impostas pelo MDSA a relação dos beneficiários e as folhas para efetuar os pagamentos.

2.5.5 Índice de Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família

O Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário, instituiu o índice de Gestão Descentralizada (IGD) com o intuito de apoiar os estados e os municípios na gestão do Bolsa Família e do Cadastro Único. O Índice de Gestão Descentralizada do Sistema Único de Assistência Social – IGDSUAS destina-se a mensurar a qualidade da gestão descentralizada dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais nos: municípios, Distrito Federal e Estados, bem como na articulação entre eles.

O IGDSUAS foi instituído pela Lei n.º 12.435/2011, que altera a Lei n.º 8.742/1993 (LOAS) e regulamentado pelo Decreto n.º 7.636/2011 e pelas Portarias n.º 337/2011 e n.º 07/2012. Refere-se a um índice que varia de 0 (zero) a 1 (um). Segundo as orientações da cartilha do IGD “Quanto mais próximo de 1 estiver o índice, melhor é o desempenho da gestão e maior poderá ser o valor do apoio financeiro repassado aos entes como forma de incentivo ao aprimoramento da gestão, respeitando o teto orçamentário e financeiro”.

E baseado nessas orientações, após o levantamento dos índices os municípios que mostrarem índices favoráveis, receberam mais recursos para ofertar ações que estiverem relacionados para melhoria na qualidade da gestão do SUAS (Sistema Único de Assistência Social).

A dinâmica do repasse dos recursos federais vem por meio do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA), onde é realizada a transferência financeira mensal através do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS) aos Fundos estaduais e municipais (específico de cada ente), que por meio da Portaria rege e disciplina essas transações afirma que:

O caderno do IGD (2010 p.22)

As atividades a serem desenvolvidas com os recursos (repassados) deverão ser planejadas pelo gestor municipal do PBF, de maneira articulada e integrada, levando em consideração as demandas e necessidades da gestão do programa, no que se refere as áreas de assistência social, educação e saúde.

O recurso que vem por meio do índice de Gestão Descentralizada é administrada pela Secretaria de Assistência Social, este órgão assume a responsabilidade junto com a prefeitura,

no entanto é fiscalizada pelo Conselho Municipal de Assistência Social que tem composição paritária (igualdade por número de representantes) governamental e não governamental.

O processo de gestão municipal em se tratando das condicionalidades, realiza o acompanhamento, ações de localização das famílias (Busca ativa), a efetuação de atividades socioassistenciais com os beneficiários do Programa Bolsa Família, portanto neste contexto deve-se também programar como o município irá de forma estratégica unir a rede de condicionalidades: saúde, educação e assistência social no propósito de garantir a permanência desses beneficiários no Programa e diminuir a vulnerabilidade econômica e social.

2.6 Estudos Anteriores sobre a Eficácia do Programa

Conforme Marques (2013, p.9) nota-se que em alguns países da América Latina se destacam após a inclusão de políticas públicas de rendimentos condicionadas. Sendo assim iremos abordar alguns estudos e pesquisas que trata da discussão do Programa Bolsa Família e se de fato o programa muda as condições de vida dos seus beneficiários, analisando alguns estudos relevantes para esta temática.

De acordo com Pinto et. al. (2015, p.7), nos anos de 2004 e 2010, foi realizado um estudo nas 5 (cinco) Regiões do Brasil que teve a finalidade de averiguar a relação entre a condição de pobreza e seu rendimento na educação e saúde com o número de beneficiários (as) e os valores depositados pelo PBF. Foi constituído dois modelos econométricos, ou seja, uma técnica de pesquisa econômica com dados em painel que pudesse averiguar como cada tema envolvido pode ter consequências diretas na realização da prática do Programa Bolsa Família, ao passar dos anos por meio de efeitos fixos (que considera o fato de haver correlação ezintercepto e as variáveis explicativas em qualquer período de tempo), os autores constaram que nos dois modelos a disposição dos rendimentos é a variável com fator positivo e por consequência com resultado adequado. Foi perceptível que a alocação de renda se relaciona com o aumento das ações para o funcionamento do programa, levando em conta os procedimentos de estratégias nas áreas da saúde, educação e assistência social. Portanto constatou-se que a pobreza e o analfabetismo tem conexão negativa com a variável dependente (beneficiários) nos dois modelos, evidenciando que a diminuição da pobreza no país, tem ligação direta com as ações do programa. No Sudeste é a região que mostra maiores efeitos em si tratando em desenvolvimento regional do programa. No Centro Oeste e Sul, o programa não apresenta meios para o desenvolvimento regional, o que se questiona é a

participação do programa nos estados brasileiros, alavancando o crescimento regional em detrimento de outras (Hoffman, 2006).

Na pesquisa de Jannuziet al. (2013, p.8), relata que as duas últimas décadas houve um grande aumento de gastos em políticas públicas em 13% do Produto Interno Bruto (PIB) para 25%, agregando os recursos federal, estadual e municipal. Esse processo é resultado da implementação das ações e direitos inscritos na Constituição de 1988 e da preferência da agenda de combate à pobreza e à desigualdade.

O Ministério de Desenvolvimento e Agrário (MDSA) e a Secretaria de Desenvolvimento apresentou, resultados de uma Pesquisa de Avaliação de Impactos do Bolsa Família (AIBF, 2012) que diferencia família beneficiárias e não beneficiárias, com relação a situação de vida, iniciando com a realidade da residência, caracterização demográfica, educacional, mercado de trabalho, rendimento, compreensão dos programas sociais, saúde, bem como as medidas do corpo da criança (menores que 5 anos). A pesquisa teve o intuito de averiguar os resultados do programa, no seu cumprimento dos objetivos, bem como educação, saúde, trabalho e ainda a autonomia da mulher. Tendo como banco de amostra 269 municípios, com o recolhimento das informações de 11 mil domicílios que viabilizou a identificação das famílias beneficiárias e não beneficiárias do programa. Um estudo considerado abrangente.

Figura 4- Resumo dos resultados analisados de estudos anteriores na área da Educação

Autor	Resultados de Estudos na Área da Educação
Pinto <i>et.al.</i> (2013)	Os aumentos das ações do programa diminuem o analfabetismo
AIBFII (2012)	Crianças beneficiárias do Bolsa Família apresentaram progressão escolar da ordem de 6% maior que crianças de mesmo perfil socioeconômico não beneficiárias
-----	No Nordeste as crianças beneficiárias apresentaram progressão maior que 6% e observa-se que este aumento foi ainda maior e pode também ter contribuído para a redução do trabalho infantil
-----	Beneficiários do Bolsa Família que cumprem a condicionalidade de educação apresentam uma frequência escolar acima de 85% para estudantes de 6 a 15 anos com possibilidade de redução de 40% a menos de possibilidade de repetência escolar
Simões (2012)	Os resultados sugeriram que o PBF ajuda melhorar a qualidade dos resultados educacionais, desde que algumas das diversas dificuldades enfrentadas pelas famílias beneficiárias possam ser mitigadas, uma vez que, estas em última análise causam impactos negativos na educação das crianças.
-----	Para a efetiva melhoria dos resultados educacionais, importam tanto o valor do benefício, quanto o tempo de participação no programa.
-----	Os alunos beneficiários do Bolsa Família que cumprem a condicionalidade de educação apresentam uma frequência escolar acima de 85% para estudantes de 6 a 15 anos com possibilidade de redução de 40% a menos de possibilidade de repetência escolar.

Fonte: RÊGO (2015)

Dando continuidade a avaliação dos resultados da pesquisa de AIBF II(2012), no setor da saúde, constatou-se que o programa teve consequências favoráveis no prognóstico da saúde das crianças beneficiárias, minimizando consideravelmente o quadro de desnutrição aguda e ainda a regularização do processo vacinal. Segundo a pesquisa nos mostra que houve um crescimento em relacionado aos filhos dos beneficiários que eram amamentados, durante os 6 (seis) primeiros meses, seu percentual era de 8% maior que a dos filhos de não beneficiários. Fica evidente que o programa colaborou para a atenuação da desnutrição aguda entre 2005 e 2009.

Relacionada aos aspectos de saúde, Januziet al (2013, p.12), confirma que os beneficiários expandiram o consumo dos alimentos como: cereais, alimentos processados, carne, leite e derivados, feijão e açúcar, favorecendo a alimentação das crianças. Portanto, o estudo sobre as crianças do semiárido nordestino referenciado por (Pires, 2011, p.3), verificou que a maior prioridade das mães ao receberem o rendimento do Programa Bolsa Família é comprar alimentos para seus filhos, pois têm a consciência de que o dinheiro recebido é para ser gasto com as crianças.

Segundo a pesquisa de AIBF II (2012, p.4) as mulheres grávidas beneficiárias do programa compareceram de forma efetiva ao acompanhamento do pré-natal, onde se constatou 1,6 visitas de pré-natal a mais do que as que não recebem o benefício, e no que se refere ao peso ao nascer das crianças de mães beneficiárias é maior ao das crianças de mães que não recebem o programa.

Figura 5- Resumo dos resultados analisados de estudos anteriores na área da Saúde

Autor	Resultados de Estudo na Área da Saúde
AIBF II (2012)	O programa gerou impactos efetivos na melhoria das condições de saúde de crianças beneficiárias, reduzindo a desnutrição aguda e garantindo cumprimento mais regular do esquema vacinal.
————	O programa contribuiu para a redução da prevalência crônica da desnutrição aguda entre 2005 e 2009, e também para a redução mais significativa da desnutrição aguda entre os beneficiários, além de beneficiar de modo geral, a população brasileira.
————	Filhos de beneficiárias do programa que eram amamentados de forma exclusiva, durante os seis primeiros meses de vida, eram de 8% maior que a dos filhos de não beneficiárias.
————	Mulheres grávidas beneficiárias do programa também se mostraram mais presentes no acompanhamento pré-natal, comparecendo 1,6 visitas de pré-natal a mais do que as não beneficiárias.
————	O peso ao nascer, das crianças de mães beneficiárias do Bolsa Família, é superior ao das crianças de mães não beneficiárias.
Januziet.al., 2013	Famílias beneficiárias aumentaram o consumo em todos os grupos de alimentos analisados, principalmente cereais, alimentos processados, carne, leite e derivados, feijão e açúcar, melhorando a disponibilidade alimentar das crianças.
Kawamura, 2014	O programa contribuiu para que as pessoas tivessem acesso a alimentos saudáveis.

Fonte: RÊGO (2015)

A pesquisa AIBF II (2012, p.2) evidencia que as mulheres beneficiárias retrata uma taxa de ocupação que as não beneficiárias, embora sejam as mais afetadas pelo desemprego e pela tardia na entrada do mercado de trabalho e ainda reforça que o programa não causa desestímulo no mercado de trabalho, as famílias que se beneficiam com o programa com responsáveis (chefes de famílias) com idade 30 e 55 anos, tem ativamente exercido atividade, com ocupação e jornada equiparados aos de chefe de família de nível socioeconômico.

Em si tratando da pesquisa de Santos et.al (2010: p. 355), onde investigou a inclusão de homens e mulheres no mercado de trabalho, mostrou que “apesar das mulheres apresentarem um nível de qualificação maior que o dos homens, observa-se que o rendimento destes, tende a ser elevado do que o feminino. Adicionalmente, mulheres contempladas com o Bolsa Família tendem a reduzir a oferta de trabalho”.

Figura 6- Resumo dos resultados analisados de estudos anteriores na área do Trabalho

Autor	Resultados de Estudos na Área do Trabalho
AIBF II (2012)	Considerando as diferentes situações e atributos que afetam a situação de inserção no mercado de trabalho: idade, condição de chefia familiar, gênero e maternidade, não há diferença entre beneficiários e pessoas não beneficiárias com rendimento equivalente, desmistificando o suposto “efeito preguiça”.
—————	O programa não provoca efeito desestimulador de beneficiários no mercado de trabalho. As famílias beneficiárias com responsáveis (chefes de família) com idade entre 30 e 55 anos, apresentam nível de atividade, ocupação e jornada muito próximas aos de chefes de família de nível socioeconómico considerado equivalente.
—————	As mulheres beneficiárias apresentam uma menor taxa de ocupação que as aquelas não beneficiárias, mesmo sendo as mais atingidas com relação ao desemprego, edemorarem mais tempo para se inserirem no mercado formal de trabalho.
Oliveira et. al., (2012)	Fora os grupos demográficos muito restritos, como mulheres com filhos, o desincentivo ao trabalho ou é muito pequeno ou não existe.
Santos et.al. (2010)	Apesar das mulheres apresentarem um nível de qualificação maior que o dos homens, observa-se que o rendimento destes, tende a ser mais elevado do que o feminino. Adicionalmente, mulheres contempladas com o Bolsa Família tendem a reduzir a oferta de trabalho.

Fonte: RÊGO (2015).

Ainda segundo a pesquisa AIBF II (2012, p.6), um aspecto extremante importante é que o Programa Bolsa Família efetivamente colaborou para preservar a economia de todo o país, devido ao aumento de consumo de alimentos e bens que os repasses dos rendimentos tem criado junto aos beneficiários que até então eram excluídos na perspectiva do mercado consumidor do país.

2.7 Controle e Fiscalização do Programa Bolsa Família

No ano de 2005, foi criada a rede Pública de Fiscalização Bolsa Família, oficializada por meio de convênios específicos pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Agrário, Ministério Público Federal, os Ministérios Públicos Estaduais, Tribunal de Contas da União e a Controladoria Geral da União para estruturar ainda mais a rede os Conselhos de controle sociais do PBF, conforme Instrução Normativa MDSA nº 1 de 20/05/2005.

2.7.1 Tribunal de Contas da União

O Tribunal de Contas tem a finalidade de executar a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, contribuindo para assessorar ao Poder Legislativo, a quem tem a função de fiscalizar.

Uma avaliação ocorreu em 2004, referenciada em um levantamento de análise documental e entrevista nos estados: Bahia, Goiás, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, (Brasil. TCU, 2004), o que foi detectado falhas e disfunções do programa no: cumprimento e monitoramento de condicionalidades, atuação do controle social e a adequação do processo de distribuição de cartões e senhas aos beneficiários. Após as análises o TCU levantou alguns aspectos que poderia ser um problema recorrente não só apenas aos estados que foram considerados nesta avaliação, mas em todo território nacional, portanto foram elencadas algumas recomendações para o MDSA conforme está descrito por FIGUEIRAS (2007, p. 61):

- definir claramente e informar o sistema de controle de condicionalidades do programa, a sistemática de controle social e as sanções envolvidas no caso de descumprimento das contrapartidas pelos beneficiários;
 - [...] realizar capacitações dos gestores municipais a respeito do programa e divulgar para os municípios que a lista dos beneficiários pode ser obtida no site do MDS;
 - realizar articulação entre o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (Pacs) do Ministério da Saúde e o PBF, visando promover o cumprimento e o acompanhamento das condicionalidades de saúde e nutrição;
 - [...] capacitar os agentes envolvidos no controle social nos três níveis de governo e divulgar material de apoio com informações sobre o PBF, a competência a ser exercida a ser exercida pelo controle social e a importância dessa atuação;
 - [...]definir mecanismos que permitam a troca de experiências entre órgãos de controle social de diferentes municípios;
- incluir, nas parcerias organizadas com os governos estaduais, os procedimentos esperados para estes possam cumprir suas atribuições no programa;
- adotar indicadores de desempenho do programa;
 - determinar a caixa a revisão do programa de cadastramento das senhas, a entrega mensal aos municípios da lista de cartões não repassados as famílias e de

benefícios não sacados, a descentralização (entre as agências) da entrega dos cartões em grandes municípios, a adequação da rede de atendimento a previsão de expansão do Bolsa Família.

Diante desta relação, mostrando que o TCU vem se estendendo nas auditorias de aspectos operacionais, onde é respaldado pela Constituição Federal de 1988 que dar autoridade para executar auditorias de caráter operacional.

2.7.2 Ministério Público

Ao Ministério Público compete investigar os casos de maneira voluntária, através de denúncias ou até mesmo vindos por meio da imprensa. A partir das denúncias independentes do meio no qual cheguem ao Ministério Público, os procuradores e promotores saem em diligências para averiguar as supostas irregularidades e por consequência sugerir ações penais, cíveis ou administrativas. Na dimensão federal ou nos estados, o Ministério Público tem orientado ao MDSA que sejam realizadas, fiscalização e apuração das irregularidades quanto na execução do programa com efeito de gestão operacional.

Um fato importante que o MP tem ânsia em acompanhar é a inserção da comunidade desamparada, famílias em extrema pobreza, crianças em risco nutricional, grupos indígenas, remanescentes de quilombos, assentados da reforma agrária e deslocados pela construção de barragens e ainda tem uma atenção especial com relação à operacionalização da Caixa Econômica aos beneficiários do programa como, por exemplo: as grandes filas nas agências, ou seja, a conjuntura na prestação dos serviços.

O Ministério Público com efeito de orientação e esclarecimento, promove reuniões públicas com o objetivo de esclarecer aspectos e situações que demanda irregularidades no PBF e dessa forma tornar mais fortalecido toda a rede que norteia o programa.

2.7.3 Controladoria Geral da União

A Controladoria Geral da União foi instituída no dia 2 de abril de 2001, pela medida Provisória nº 2.143-31, que a principio chama-se Corregedoria Geral da União, com o objetivo de combater a fraude e a corrupção fortalecendo a proteção do patrimônio público em todo o território nacional, no entanto em 2003 houve a mudança da nomenclatura do órgão para Controladoria Geral da União.

As atribuições da CGU são de investigar o desempenho dos servidores públicos e a aplicação das ações governamentais, onde a dinâmica dessas atribuições tem o objetivo de

contribuir para a tomada de decisões no reconhecimento dos problemas, propor alternativas de soluções e conseqüentemente visualizar a otimização dos recursos disponíveis (REZENDE, 2004).

Quanto ao PBF a vistoria é efetuada pela CGU nos municípios com ênfase no controle do Bolsa Família, levando em consideração o mapeamento de irregularidades na sua aplicação. O processo de escolha para que a Controladoria possa fiscalizar a aplicação dos recursos públicos federais de transferência e os serviços públicos prestados diretamente ao cidadão por instituições ou até mesmo órgãos federais para os municípios dar-se por meio do Programa de Sorteios Públicos. Essa prática de Sorteios iniciou-se em 2003 a cada dois meses 60 municípios são sorteados.

Ainda no processo da fiscalização do PBF, conforme FIGUEIRAS (2007, p.5) no Programa Bolsa Família os servidores da CGU investigam nos municípios, com a ajuda de um questionário utilizados na prática da fiscalização, questionário este que foi formulado em parceria com a Controladoria e SENARC onde se fundamenta na: elegibilidade dos beneficiários, ou seja, a cada município é averiguado uma amostra de família beneficiária; pagamento e operação do programa feita pela Caixa Econômica; monitoramento das condicionalidades; averiguação dos documentos dos gestores municipais; instâncias de controle social e entrevista com gestores de escolas, beneficiários do programa e outros atores, os quais foram escolhidos na amostra.

Após o programa ser auditado o CGU se pronuncia aos gestores municipais da seguinte maneira:

- encaminhar relatórios aos gestores municipais;
- encaminhar relatórios aos gestores federais;
- encaminhar relatórios ao TCU;
- encaminhar relatórios ao Ministério Público da União e dos estados;
- encaminhar relatório as presidências do Senado e da Câmara dos Deputados;
- publicar os principais resultados das providências tomadas pelo gestor, com relação os problemas levantados.

Levando aos gestores municipais a tomar medidas para resolver as questões encontradas, viabilizado a correção da gestão do programa e permitindo reaver os valores desviados, sendo assim encaminhar a Controladoria Geral da União os resultados, determinações que de fato foram acatadas. Portanto, após o envio dos relatórios ao MDSA

possibilita ao órgão tomar providências para aprimorar a rede da Secretaria de Assistência Social (SUAS), órgão gestor do programa Bolsa Família.

2.7.4 Controle Social do Município

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) tem a função de instância local do controle social do Programa Bolsa Família, com responsabilidades relacionadas ao cadastramento único, à operacionalização dos benefícios, ao controle das condicionalidades pelas famílias beneficiárias, as ações complementares. Cabe ao conselho fiscalizar tudo o que se atribui ao PBF em seu território, desta maneira estará auxiliando para prestar informações ao gestor municipal e outros órgão pertinentes da rede de fiscalização impedindo e detectando as possíveis fraudes e irregularidades da execução do programa.

A criação do conselho municipal é uma das determinações para a aprovação ao Programa, em sua estrutura de funcionamento deverá está sediado em uma sala exclusiva na Secretaria Municipal de Assistência Social, em sua dinâmica de trabalho requer: estatuto, reuniões, atas de reunião (registradas e assinadas por um advogado).

2.7.5 Coordenação Geral de Fiscalização do MDSA

Em complementação ao fortalecimento da rede de fiscalização do PBF, a CGF de um papel primordial com relação a elucidar e de tomar providências a todos às denúncias que estejam relacionadas ao PBF, uma vez encaminhadas ao MDSA pela comunidade ou pelos órgãos fiscalizadores. É atribuição do SENARC junto a Coordenação Geral de Fiscalização do MDSA, no que esta citada nos arts. 33 a 35 do Decreto nº 5.209/2009 a apuração de denúncias vinculadas ao PBF e do Cadastro Único.

As averiguações e constatações das denúncias são através das investigações de dados e cruzamentos com outras bases de informações, a gestão do programa pela Caixa e a gestão de benefícios. E ainda fiscalizar periodicamente, realizando visitas (vistorias) in loco e a distância, como as falhas na operacionalização do PBF.

Algumas das atribuições importantes da CGU, citada por Figueiras (2007, p. 71):

- apurar as denúncias sobre o PBF recebidas através da Central de Atendimento MDS, da Central de Atendimento do MEC – Fala Brasil, de e-mail, de cartas e encaminhados pelos organismos da Rede de Fiscalização. A Portaria no 1, já mencionada, indica que “exceto quando manifestamente inconsistente ou

incompleta, a denúncia formal endereçada ao PBF ensejara a abertura de processo específico” (art. 6º). Cada denúncia deveria desencadear um trabalho de consulta;

- responder e dar encaminhamento as demandas dos órgãos da Rede Pública de Fiscalização;
- fornecer dados e informações (relatórios e pareceres) aos gestores municipais e aos órgãos de controle que compõem a rede pública de fiscalização, para implementação de providências no âmbito de competências desses órgãos;
- colaborar com os órgãos fiscalizadores no exercício de suas funções em relação ao PBF. Exemplos disso são a elaboração do manual de orientações para o Ministério Público e a elaboração do questionário base utilizado pela CGU nas fiscalizações nos municípios no Programa de Sorteios;
- [...] analisar o relatório da CGU para cada município fiscalizado após o sorteio e organizar a resposta do Ministério no prazo legal estabelecido. Isso inclui o tratamento de falhas e disfunções apuradas;
- elaborar e encaminhar a CGU documento de resposta indicando as diligências realizadas com relação as irregularidades indicadas pela Controladoria nos relatórios de fiscalização nos municípios.

Todas as informações que são cheçadas pela controlaria aos municípios são muito importantes, onde são verificadas pelo CGF, uma vez que atribuído encaminhadas as informações ao MDSA, dando assim início a todo o processo e análise das investigações e consequentemente gerar tomada de decisão, obedecendo aos prazos determinados pelo órgão.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Metodologia são procedimentos adotados para a execução do trabalho apresentado. De acordo com Teixeira (2008, p.7), “Metodologia significa, etimologicamente, o estudo dos caminhos, dos instrumentos usados para se fazer pesquisa científica, os quais respondem como fazê-la de forma eficiente”.

Os métodos e técnicas de pesquisa fundamentam-se de fatores relacionados à pesquisa, entre eles está o ajustamento ao problema estudado (Marconi; Lakatos, 2009), desta maneira este capítulo irá apresentar e descrever os métodos e técnicas que serão explorados para a obtenção dos objetivos.

A pesquisa a ser executada neste trabalho é de caráter quantitativo e qualitativo. Richardson et al. (1999, p.3) contextualiza que esse caráter é rotineiramente utilizada quando se constata relações entre variáveis, averiguando associações de causalidade entre fenômenos e qualitativa como maneira conveniente de se compreender a natureza de um fenômeno social. Ainda de acordo com os autores Mendonça, Rocha e Nunes (2008, p. 45) este tipo de estudo “É muito utilizado em pesquisas descritivas que procuram descobrir e classificar a relação entre variáveis (...)”, essa abordagem se trata da investigação das implicações das condicionalidades na eficácia dos gastos públicos: uma análise do Programa Bolsa Família a cerca do empenho utilizado para obter os resultados em relação ao objetivo e condicionalidades do programa.

Pode ser identificado como exploratória e descritiva. Exploratória, pois se obtém informações e descritiva por que procura descrever e compreender as características do tema a ser estudado, visando descobrir relação entre variáveis. Classifica-se também como um estudo de caso, pois se trata de uma situação específica na configuração e representação da eficácia do Programa Bolsa Família; Yin (2001, p. 32,33) conceitua o estudo de caso:

[...] uma investigação científica que estuda um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos; enfrenta uma situação tecnicamente única em que haverá muito mais variáveis de interesse do que pontos de dados e, como resultado, baseia-se em várias fontes de evidência [...] e beneficia-se do desenvolvimento prévio de proposições teóricas para conduzir a coleta e análise dos dados.

O tema escolhido para realizar esta pesquisa é um dos principais objetos de estudo entre estudiosos, políticos, pesquisadores na área da assistência social. As referências podem ser consideradas recentes, contendo ideais de vários autores entre eles: Maria Ozanira da Silva e Silva e Eduardo Matarazzo, escritores de publicações sobre programas de transferência de renda tidos como percussores desta temática, onde relatam o impacto e desenvolvimento do PBF aos beneficiários (as), a relação com a economia como um todo e demais aspectos.

Para analisar a relação entre as variáveis que possibilitam avaliar a eficácia dos gastos públicos, fazendo a análise do Programa Bolsa Família, foi necessário investigar as condicionalidades: Saúde e Educação que permitem responder à problemática.

O questionário utilizado para a execução da pesquisa foi adaptado do estudo de Rêgo (2015, p.113).

3.1 População e Amostra da Pesquisa

3.1.1 Contextualização do Município de Sumé/PB

A cidade de Sumé tem uma área territorial de 838,071 km² e sua população foi estimada no ano de 2016 em 16.872 habitantes (IBGE). A cidade faz parte dos 223 municípios da Paraíba, onde se centraliza na Microrregião Região dos Cariris Velhos. O Produto Interno Bruto (PIB) per capita do município foi de R\$ 7.161,47 no ano de 2013, sendo o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) no ano de 2010 de 0,627.

Têm como municípios limítrofes ao norte São José dos Cordeiros e Itapetim (PE); ao Sul Camalaú (PB) e Monteiro (PB); á Leste Serra Branca (PB) e Congo (PB); e á Oeste Ouro Velho (PB), Prata (PB) e Monteiro (PB). Possui clima semiárido com temperaturas elevadas, características típicas do bioma da Caatinga, onde para conviver com a seca em períodos de estiagem prolongada, a população faz uso de diferentes formas de captação de água, a exemplo dos açudes, barragens, barreiros, poços e cisternas.

imprescindível encaminha as informações pertinentes de cada condicionalidade ao MDSA e consequentemente são migradas para a Secretaria Nacional de Renda e Cidadania (SENARC).

Segundo Inojosa (1998, p.1-2), rede se refere a: “parceria voluntária para a realização de um propósito comum. Implica, nesse sentido, a existência de entes autônomos que, movidos por uma ideia abraçada coletivamente, livremente e mantendo sua própria identidade, articula-se para realizar objetivos comuns”.

De acordo com o Relatório de Informações Sociais do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único, referente ao mês de outubro ano 2016 (MDSA, 2016) demonstra que o município de Sumé tem 4.491 famílias cadastradas no Cadastro Único (CADÚNICO), onde estão aptas a participarem de Programas Sociais do Governo Federal destas, portanto desse total, apenas 3.012 famílias são beneficiárias do Bolsa Família no município.

3.1.2 Amostra da Pesquisa

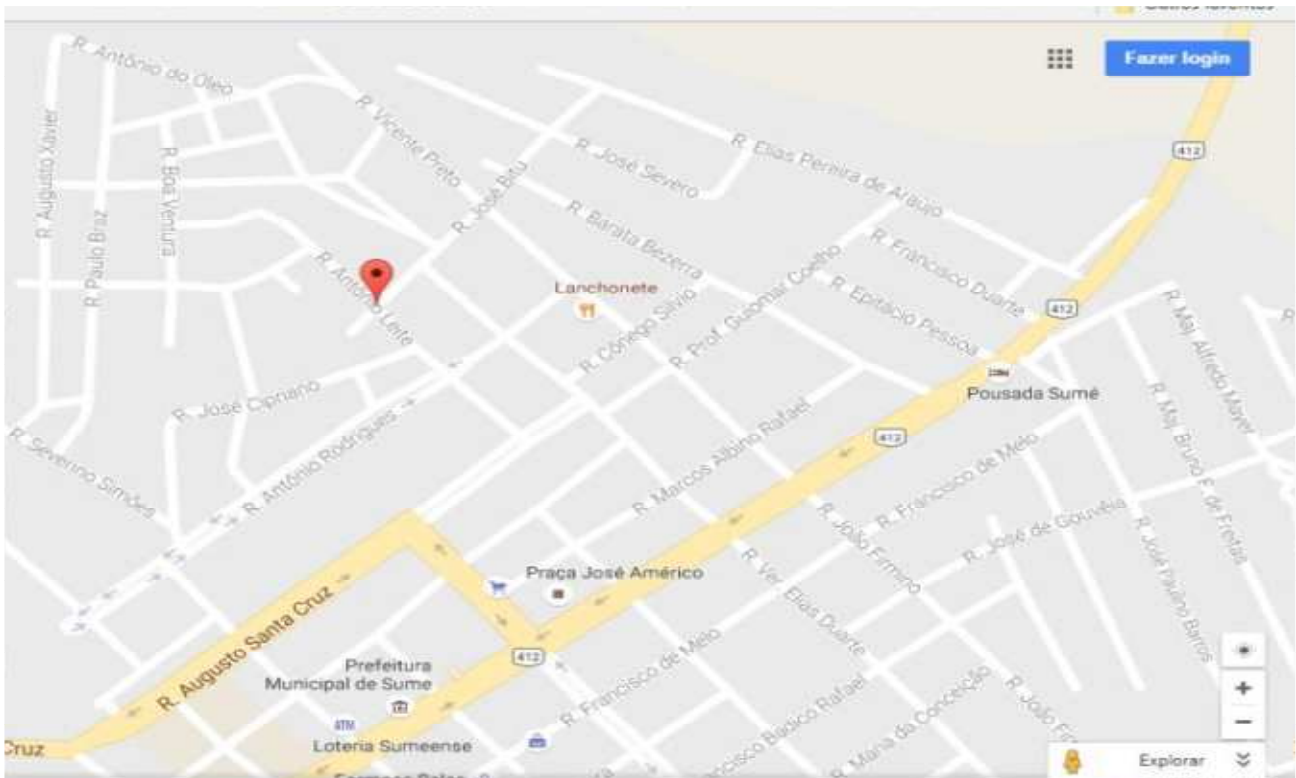
Em se tratando da amostra Gil (1999, p.100) conceitua como o “subconjunto do universo ou da população, por meio da qual se estabelecem ou se estimam as características desse universo ou população”, e nesse contexto que do total de famílias beneficiárias do programa foi extraída uma amostragem para que possa contribuir com o processo de conclusão da pesquisa.

Com relação ao método de investigação, foi adotado uma amostra do estudo de caso de 110 beneficiários (as) representando cerca de 3,65% do total de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família. A amostra se caracteriza como não probabilística se definiu os sujeitos da pesquisa pela acessibilidade.

No processo da dinâmica na seleção da amostragem, a escolha dos entrevistados se deu por ordem de chegada, com ressalvas aos beneficiários que não tiveram disponibilidade para serem respondentes.

Abaixo o mapa demonstrativo da área na qual está situada a sede do Programa Bolsa Família e onde reside em sua maioria, família em situação de pobreza.

Figura 8. Mapa da área situada à sede do PBF



Fonte: Google Maps (2016)

3.2 Coleta e Tratamento dos Dados

A classificação da pesquisa quando aos procedimentos de coleta de dados foi por meio de um levantamento, onde se caracterizou em um questionário.

Gil (1999, p. 70), contextualiza sobre os estudos de levantamento:

se caracterizam pela interrogação direta das pessoas cujo comportamento se deseja conhecer. Basicamente, procede-se a solicitação de informações a um grupo significativo de pessoas, acerca do problema estudado para em seguida, mediante análise quantitativa, obter as conclusões correspondentes aos dados coletados.

O questionário aplicado aos beneficiários (as) do PBF contém 18 perguntas abertas e fechadas, na qual possibilitava aos respondentes que respondessem nos seus termos, para que sua opinião fosse considerada com mais veracidade no que diz respeito a sua autonomia enquanto cidadão.

No processo de aplicação dos questionários, na abordagem ao beneficiário (a), foi explicado sobre o objetivo da investigação. Encontrei algumas vezes resistência de beneficiárias que a princípio ficaram com receios e desconfiadas, de falarem e por algum

motivo perderem o benefício, apenas quando eu terminava de explicar e mostrava o questionário identificado, dizia que “não é necessário colocar seu nome” foi que essas beneficiárias ficaram mais tranquilizadas e sendo assim, dava continuidade com a aplicação do questionário.

Uma das principais abordagens referenciadas no questionário foi as seguintes:

- analisar a colaboração do Programa Bolsa Família (PBF), no combate a situação de pobreza;
- investigar como as famílias se interagem com as condicionalidades determinadas pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA) do programa;
- verificar quais as expectativas das famílias em relação á possibilidades de não mais necessitarem da renda do programa.

Os dados coletados por meio do questionário foram tratados utilizando-se a estatística descritiva (frequência absoluta e relativa e por meio de ilustrações/tabelas), além disso, analisaram-se os dados com base no referencial teórico no sentido de interpretar e discutir os resultados a luz da questão e do objetivo desta pesquisa.

4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

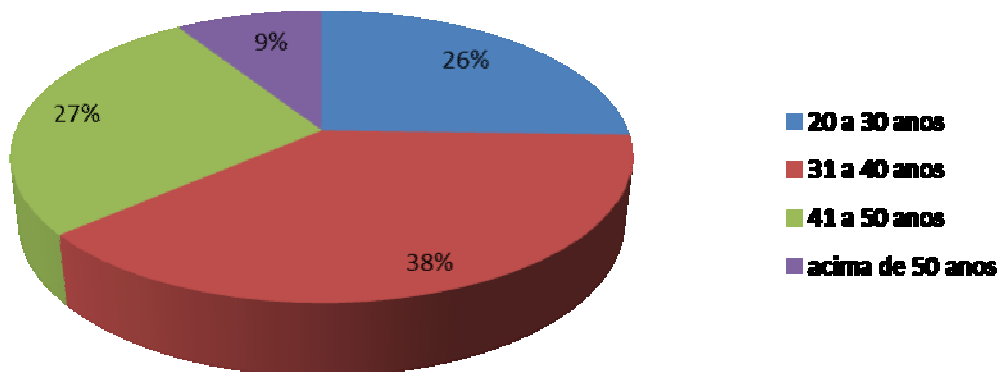
4.1 Análises descritivas do Perfil Social das beneficiárias do PBF

4.1.2 Faixa Etária das Beneficiárias do PBF.

De acordo com o Gráfico 1, constata-se que a primeira pergunta dos respondentes tem o objetivo de saber a idade dos beneficiários do PBF, de maneira que pudesse averiguar que a maior porcentagem da faixa etária foi de 38%, (42) onde possui idade entre 31 a 40 anos, 27% (30) classifica-se entre 41 a 50 anos, 26% (28) entre 20 a 30 anos e 9% (10) a cima dos 50 anos, em uma amostra de 110 beneficiárias.

Gráfico 1 – Distribuição da idade dos beneficiários.

FAIXA ETÁRIA DOS BENEFICIÁRIOS

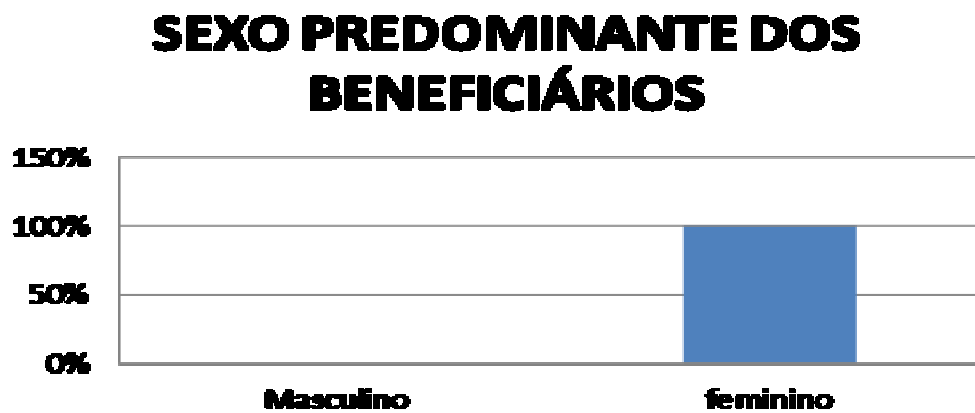


Fonte: Dados da pesquisa (2017)

4.1.3 Sexo dos Respondentes

Com relação ao sexo das respondentes, pode-se constatar que 100% dos (as) entrevistados (as) são do sexo feminino no total de 110 questionários aplicados, o que nos mostra a expressão da mulher diante da responsabilidade em administrar a casa e os filhos, constatando que são elas as titulares do cartão do benefício.

Gráfico 2 – Sexo dos beneficiários do PBF.



Fonte: Dados da pesquisa (2017).

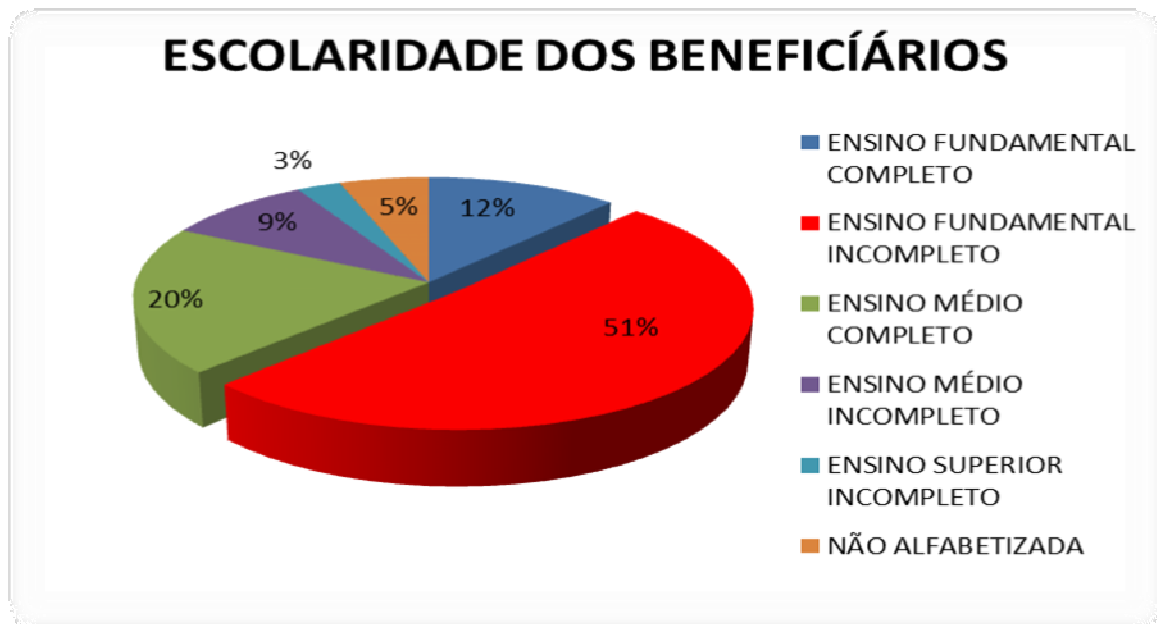
4.1.4 Nível de escolaridade das beneficiárias do PBF.

No que se refere ao nível de escolaridade dos 110 questionários aplicados, 51% (56) dos respondentes beneficiárias não conseguiram completar o ensino fundamental, estiveram na escola por pouco tempo; em seus relatos disseram que não tiveram oportunidade para estudar tendo que trabalhar em empregos informais para sua sobrevivência e de suas famílias e outras vezes até obrigadas por seus pais, forçando-as para poder manter a casa.

Apenas 20% (22) conseguiram concluir o ensino médio completo, existindo uma notória deficiência, justamente nesse grau de escolaridade, onde a oferta para o trabalho é ainda maior. Sendo que 5% (6) da amostra dos respondentes, não foram alfabetizadas, uma realidade ainda existente em nosso território nacional.

As desigualdades nos níveis educacionais entre as beneficiárias do Programa Bolsa Família ocasionou dificuldades na redução da margem da pobreza no país, afetando diretamente na qualidade da mão-de-obra que ingressa no mercado de trabalho.

Gráfico 3 - Distribuição de Nível de escolaridade dos beneficiários



Fonte: Dados da pesquisa (2017)

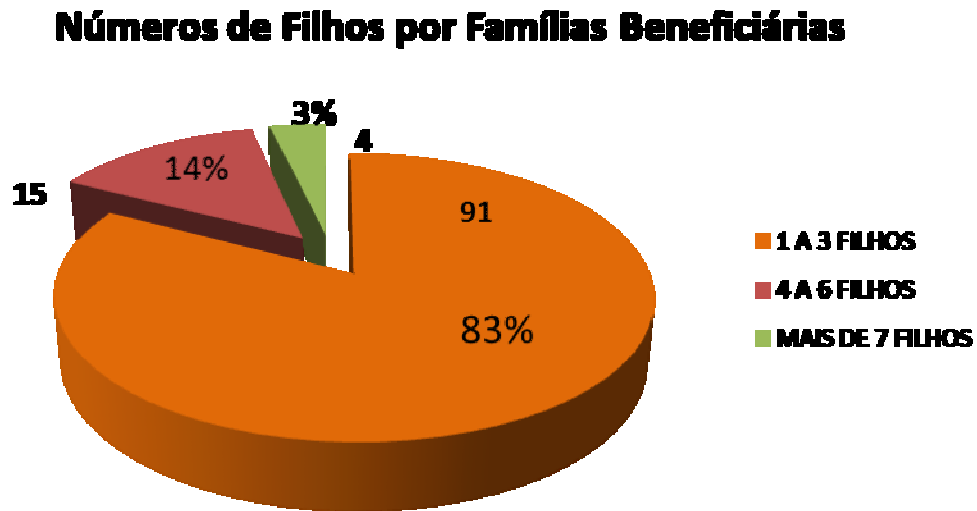
4.1.5 Quantidade de Filhos por Famílias beneficiárias do PBF

De acordo com o Gráfico 4, pode-se observar que 83% das famílias possuem entre 1 a 3 filhos, no qual equivale a 91 das famílias beneficiárias em um total de 110 respondentes; 14% (15) das famílias que corresponde entre 4 a 6 filhos e 3% (4) se enquadra nas famílias que tem acima de 7 filhos, no entanto é importante enfatizar que ao aplicar os questionários, observou-se que essas famílias numerosas acima de 7 filhos, não tem uma preocupação evidente quanto a qualidade e perspectiva de vida para o futuro dos seus filhos.

Existem ainda situações nas quais os filhos não moram com as beneficiárias (titulares do cartão), por questões como terem alcançado a maior idade, ou até mesmo residirem em outra localidade.

Diante de um contexto das famílias numerosas, de maneira que para cada família beneficiada pelo PBF, fica dependendo do seu valor a receber pela quantidade de filhos, ou seja, quando mais filhos tiverem maior será o benefício a receber, o que para alguns que não tem a consciência da responsabilidade na fecundidade, serve de estímulo para conceberem mais filhos, numa realidade de extrema pobreza na qual já estão inseridos.

Gráfico 4 – Filhos por Famílias Beneficiárias do PBF.



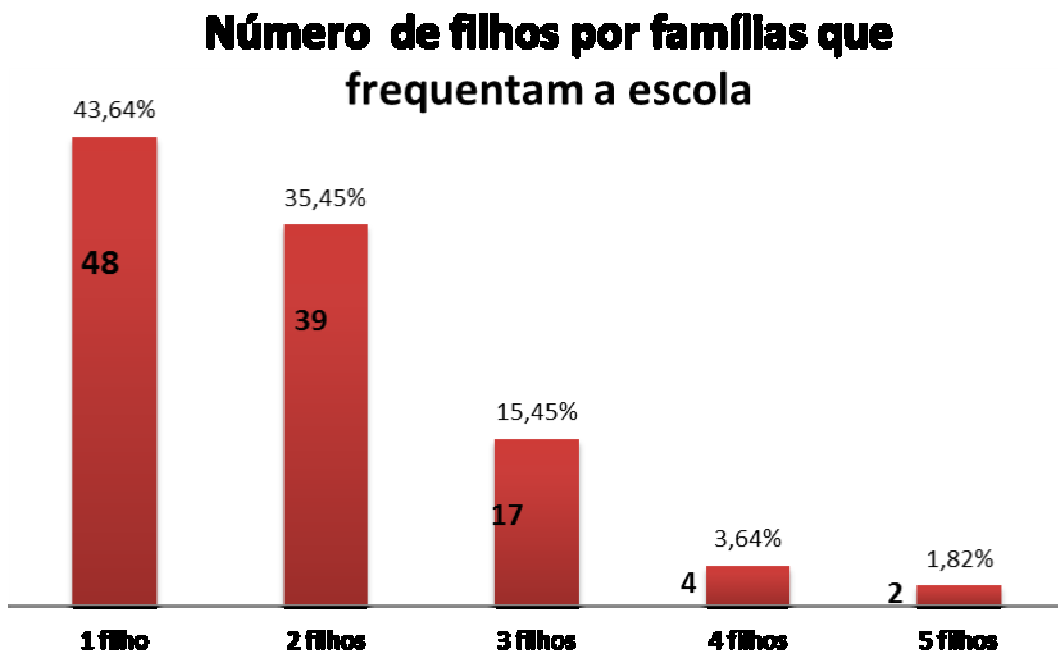
Fonte: Dados da pesquisa (2017).

4.1.6 Número de Filhos por Famílias que Frequentam a Escola

No Gráfico 5, percebe-se quantitativamente o número de filhos por famílias que frequentam a escola onde: 43,64% (48) tem 1 filho; 35,45% (39) tem 2 filhos; 15,45% (17) tem 3 filhos; 3,64% (4) tem 4 filhos e 1,82% (2) tem 5 filhos numa amostra de 110 questionários aplicados.

Este percentual mostra que a maioria das famílias tem 1 (um) filho em sua composição familiar, afastando as críticas de que as beneficiárias preferem ter mais filhos para que possam receber um benefício maior ou até mesmo de que pobres têm muitos filhos. Muitos foram os relatos de mães que diziam “custa caro ter filho, o dinheiro que recebemos nos ajuda muito, mas tudo esta caro, melhor não arriscar”, diante do exposto o que se leva a concluir é que o grande incentivo para ter filho é o fator financeiro.

Gráfico 5 – Número de filhos por famílias que frequentam a escola.



Fonte: Dados da pesquisa (2017).

4.1.7 Estado Civil das Beneficiárias do PBF

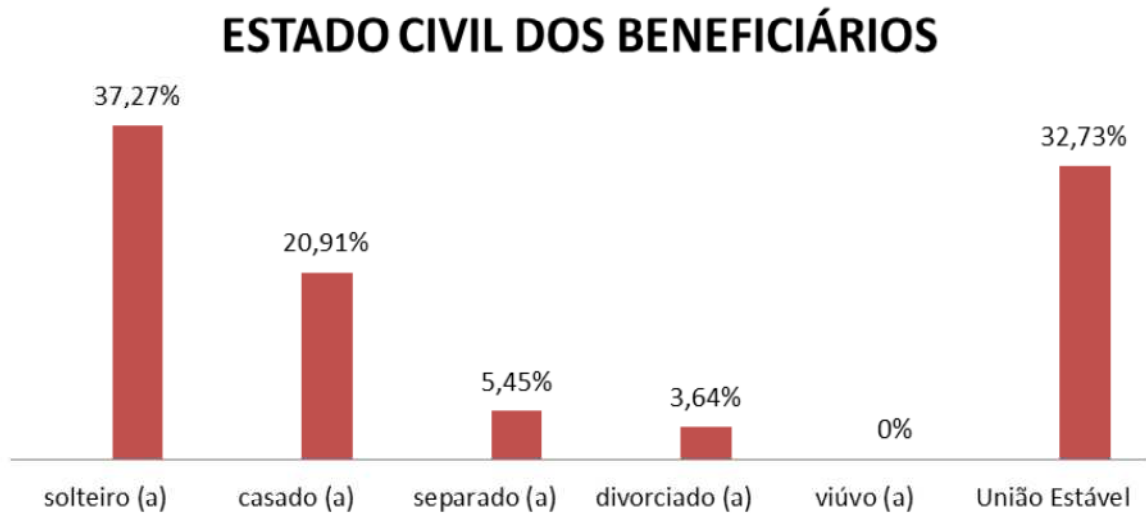
Analisando o Gráfico 6, onde existe uma desproporção no percentual do estado civil das beneficiárias do PBF a maior representação na amostra se dar no estado civil solteiro com 37,27 % representando um número de 41 beneficiárias que são mães solteiras; no entanto esse percentual quase que equipara ao da União Estável em um percentual de 32,73% (36) numa amostra de 110 respondentes.

Referindo-se aos demais como o estado civil casado comprova que 20,91% (23); separado 5,45% (6); divorciado 3,64% (4) e nenhum percentual intitulado como viúvo na pesquisa foi mencionado pelos respondentes.

O número de mulheres beneficiárias solteiras e com filhos, numa nova conjuntura familiar, têm se revelado cada vez mais com maior frequência. Mulheres chefe de família, que atua sozinha a partir de diversificados papéis (mãe e pai, criar e cuidar dos filhos), colocando os filhos na escola, provendo a educação, o sustento e o amor que necessitam. O que conseqüentemente essas mulheres provedoras e mães, muitas vezes, suplantam seus desejos e sua auto realização para cuidar somente da família. Perdem a expectativa de reconstruir suas

vidas, mutilando seus sonhos, tornando-se, no decorrer de suas vidas, o arrimo e o porto seguro dos familiares.

Gráfico 6 – Estado Civil das Beneficiárias do PBF.



Fonte: Dados da pesquisa (2017).

4.1.8 Renda Familiar

No Gráfico 7, observa-se que 100% dos questionários aplicados (110) são de famílias que tem renda inferior a um salário mínimo.

Refletindo sobre o questionamento de renda, o Brasil se destaca no cenário nacional pela elevada desigualdade em distribuição de renda. A paralisação da economia nos últimos anos teve uma grave consequência a de contribuir efetivamente para realçar a ligação entre desigualdade de renda e pobreza, permitindo com que a discursão sobre a questão social ainda tomasse uma posição de destaque na sociedade, de maneira que se faz urgente reduzir os expressivos números de famílias pobres que clamam por medidas efetivas para promover um nível de grau de justiça social.

Segundo Reis e Ramos (1993, PG.2):

A política de salário mínimo tem por objetivo promover a equidade social e econômica, procurando assegurar, legalmente níveis de rendimento e consumo minimamente satisfatórios aos trabalhadores e suas famílias como instrumento de combate a pobreza e de melhorias na distribuição de renda, o salário mínimo deve ter sua eficácia avaliada a partir de uma análise de seus custos e benefícios sociais.

Em alguns relatos de famílias beneficiárias disseram que apesar de melhoria na condição de vida que o PBF oferece, ainda é preciso “ter muita criatividade na hora de realizar as compras”, devido ao custo da cesta básica.

Gráfico 7 – Renda Familiar



Fonte: Dados da pesquisa (2017).

4.1.9 Mercado de Trabalho das Beneficiárias

Com relação à inserção das beneficiárias no mercado de trabalho, constata-se que 67% (74) não estão ativamente trabalhando, sendo que 33% (36) estão inseridos no mercado de trabalho, em seus relatos de maneira unânime informaram que trabalham de maneira informal com o objetivo de melhorar a renda do seu domicílio.

O fato de que 67% não estarem inseridos no mercado de trabalho poderíamos considerar alguns aspectos como: qualificação profissional, pois hoje cada vez o mercado se fecha para os que não estão preparadas a concorrer a uma vaga de trabalho, as empresas estão mais criteriosas em contratar pessoas mais instruídas para colaborar com o crescimento das empresas; outro aspecto é a crise econômica que agrava na busca do emprego.

Reforçando resultado da pesquisa AIBF II (2012 p.12) afirma que “as mulheres beneficiárias apresentam uma menor taxa da ocupação que aquelas não beneficiárias, mesmo sendo as mais atingidas com relação ao desemprego, á demorarem mais tempo para se inserirem no mercado formal de trabalho”.

No que se refere à modalidade de trabalho informal esta associado à instabilidade no emprego, baixa remuneração e como saída para complementar a renda, toda essa situação

garante ainda mais a permanência dessas pessoas na pobreza, neste aspecto explica o fato que toda a população que é elegível ao recebimento do benefício do Bolsa Família encontra-se em precariedade no mercado de trabalho.

Gráfico 8 – Filhos por Famílias Beneficiárias do PBF.



Fonte: Dados da pesquisa (2017).

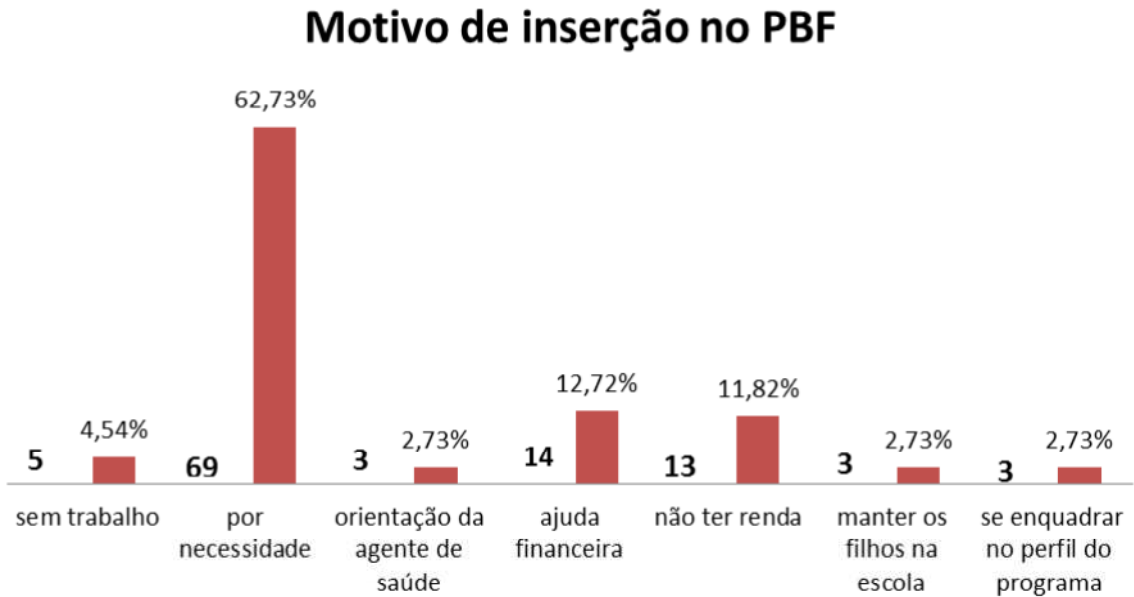
4.2 Análises da Inserção no Programa e mudança na vida das beneficiários.

4.2.1 Motivo da Inserção no PBF

Analisando os motivos pelos quais as famílias elegíveis migram-se ao PBF, foi feita um questionamento de maneira aberta, possibilitando com que as beneficiárias destacassem algumas razões que voluntariamente poderem se expressar, sem estarem obedecendo a um padrão determinado de opções de resposta, no entanto os reais motivos elencados foram: 4,54% das beneficiárias afirmam terem se inscrito no programa por não trabalharem, sendo que a maioria 64,54% disseram quase que unanimemente por terem necessidade, de maneira adversas, específicas dentro de cada contexto familiar. 2,72% destacaram que por orientação de agente comunitário de saúde, foram a sede do PBF e se inscreveram; 12,72% afirmaram que precisaram de ajuda financeira; 11,82% não tinham nenhum tipo de renda para manter o seu domicílio e filhos; 2,73% disseram que o motivo maior foi para manter os filhos na escola e por último 2,73% foi por se enquadrarem no perfil do programa, ressaltando que essa margem percentual são das mães que tinha interesse de alguma forma pela política social e

por estarem atualizadas, no que se refere a programas sociais do governo por isso se justifica o termo que usaram.

Gráfico 9 – Motivo de inserção no PBF.



Fonte: Dados da pesquisa (2017).

4.2.2 Complementação da Renda das Beneficiárias

Entende-se que as políticas sociais surgem para suprir as necessidades imediatas, onde é atribuição do Estado constituir fundos com o objetivo de garantir o bem estar social, cumprindo o direito estabelecido no Art. 6 da Constituição Federal de 1988 que trata da garantia à saúde, educação, trabalho e alimentação a todos. Sendo assim, as políticas de transferência de renda como o PBF vêm suprir essa demanda em milhares de famílias brasileiras viabilizando a complementação da renda através das famílias elegíveis que estão na linha de pobreza extrema.

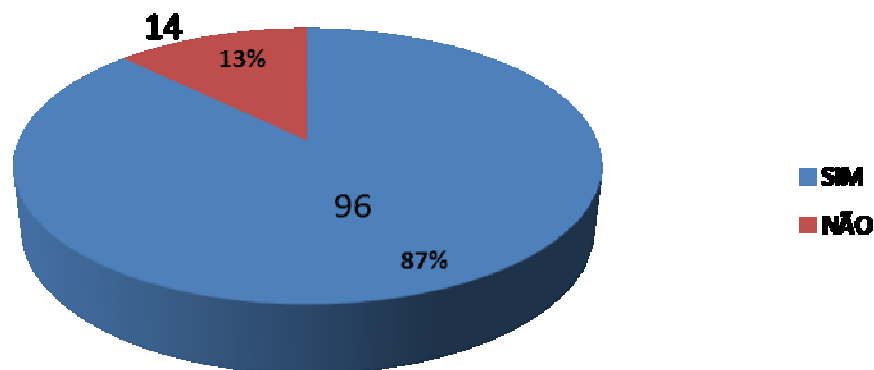
No Gráfico 10, retrata a realidade sobre a perspectiva de que o PBF complementa a renda familiar das beneficiárias, diante dos dados percentuais mostra-nos que 87% (96) dos entrevistados responderam que sim o PBF complementa a renda, onde 13% (14) contestaram dizendo que não complementa a renda.

Analisando ainda os dados, alguns respondentes que disseram que não complementa a renda foram devido a questionamentos dos aumentos na cesta básica, onde a inflação precisa

estar controlada para que o valor transferido as beneficiárias possam suprir, mais efetivamente as necessidades básicas.

Gráfico 10 – O PBF complementa a renda familiar.

O PBF COMPLEMENTA A RENDA FAMILIAR?



Fonte: Dados da pesquisa (2017).

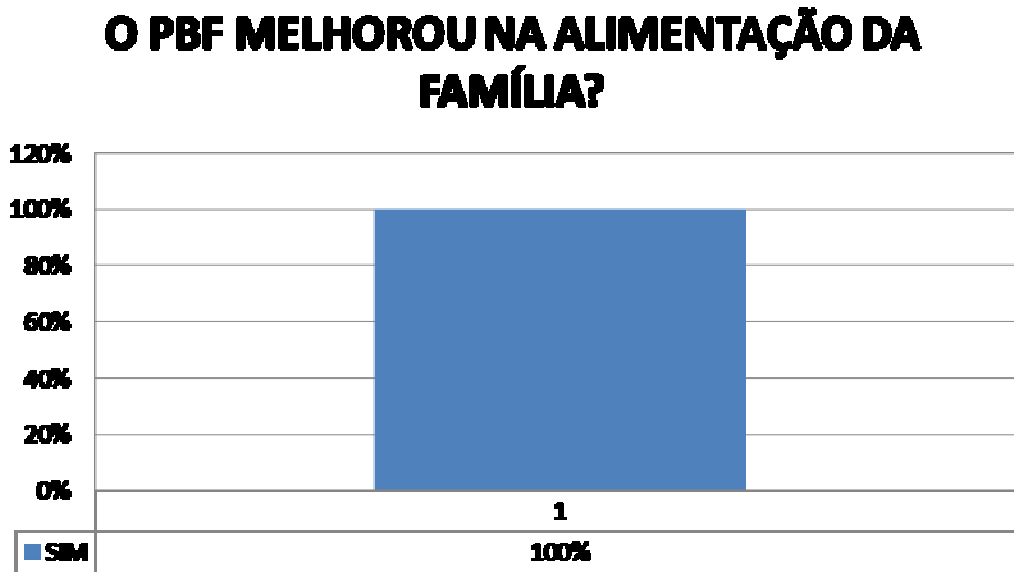
4.2.3 Melhoria na Alimentação da Família

Observa-se neste Gráfico 11 onde 100% dos entrevistados relataram que após receberem os benefícios, houve uma significativa melhora na alimentação da família, pois segundo alguns relatos, prioritariamente a renda que é transferida para as beneficiárias é investida em alimentos e desse modo, ocorrem mudanças alimentares nas residências dessas famílias.

Em conversa com as respondentes, concluir-se que houve muitos relatos sobre que estavam passando por dificuldades em adquirir os alimentos necessários para sua sobrevivência e não compravam frutas para seus filhos, após ser elegível para o programa bolsa família essa condição mudou, passando a adquirir e consumir mais frutas e verduras.

A dificuldade de acesso regular e permanente aos alimentos pela população mais carente do país está intrinsecamente ligada à renda insuficiente, essa situação determina um quadro de insegurança alimentar, revelando a restrição alimentar ou até mesmo a fome nos domicílios.

Gráfico 11 – O PBF melhorou na alimentação da família.



Fonte: Dados da pesquisa (2017).

4.2.4 Valor Pago pelo Programa

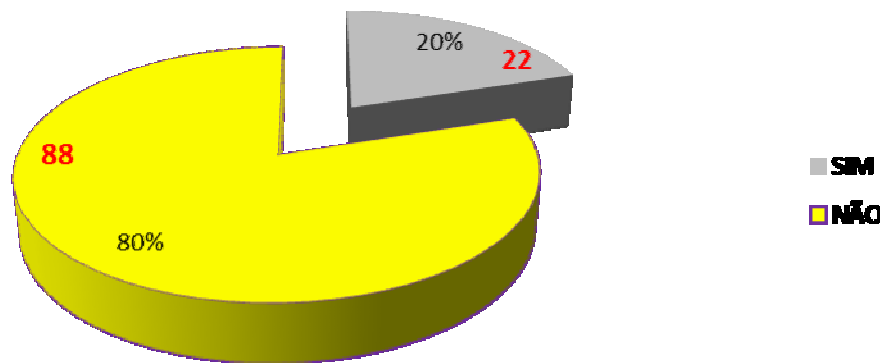
De acordo com o gráfico 12 abaixo, constata-se quanto ao valor da transferência monetária que o programa repasse as beneficiárias, 20% (22) acham que o valor é pouco e 80% (88), acha que é o suficiente. Inúmeros depoimentos disseram que “é melhor esse que nada”.

O valor do benefício é de fato muito baixo para que possa possibilita mudanças reais nas vidas das famílias elegíveis, embora que um dos seus objetivos é suprir as necessidades imediatas, muitas famílias se utilizam desse dinheiro ainda para comprar além de alimentos, roupas, calçados, pagam alugueis, conta de água, luz, material escolar, como um caso de uma entrevistada que relatou ”(...) o dinheiro do bolsa eu compro muitas vezes até um remédio para meu filho.”

Esse dinheiro do PBF, para muitos equivale à única fonte de renda, causando um temor nas beneficiárias na possibilidade de algum dia deixar de recebê-lo, pela incerteza de como sobreviver neste cenário competitivo que não tem lugar para aqueles que não tiveram oportunidade de se capacitarem para o mercado.

Gráfico 12 – O valor pago pelo PBF é pouco.

O VALOR PAGO PELO PBF É POUCO?



Fonte: Dados da pesquisa (2017).

4.3 Investigando o Cumprimento das Condicionalidades do Programa

O cumprimento das condicionalidades é um fator determinante para que as famílias elegíveis possam obter o benefício, sendo necessário o cumprimento de compromissos por parte dos beneficiários, onde essas condicionalidades estão interligadas nas áreas de educação e saúde.

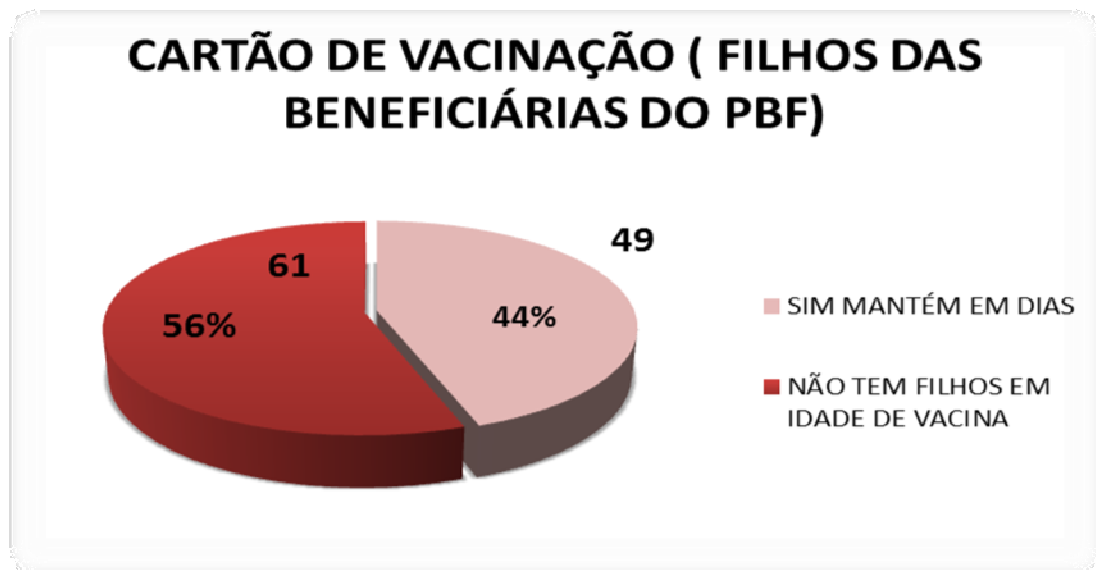
4.3.1 Análise da Condicionalidade Saúde – Cartão de vacinação

Numa amostra de 110 respondentes certificou-se que 44% (49) das mães beneficiárias têm filhos em idade de Vacinação entre 0 a 7 anos, relataram que cumprem de acordo com o calendário de Vacinação do Ministério da Saúde a agenda das vacinas, bem como o acompanhamento do peso e medição das crianças.

No entanto 56% (61) não tem esse acompanhamento, pois os filhos ultrapassam a idade de acompanhamento da vacinação.

Segundo a pesquisa de avaliação do PBF II (2012) “O programa gerou impactos efetivos na melhoria das condições de saúde de crianças beneficiárias, reduzindo a desnutrição aguda e garantindo cumprimento mais regular do esquema vacina”.

Gráfico 13 – Cartão de vacinação (Filhos das beneficiárias do PBF).



Fonte: Dados da pesquisa (2017).

4.3.2 Análise da Condicionalidade Saúde - Acompanhamento

No Gráfico 14, averiguou-se que as beneficiárias frequentam ou realizam consultas regularmente aos serviços de saúde, ofertados pelo município por meio do SUS (Sistema Único de Saúde).

Desta forma, verificou-se que cerca de 100% em uma amostra de 110 beneficiárias frequentam os serviços de saúde, havendo uma maior preocupação com a saúde da família, em conformidade com o cumprimento da condicionalidade na obtenção do benefício.

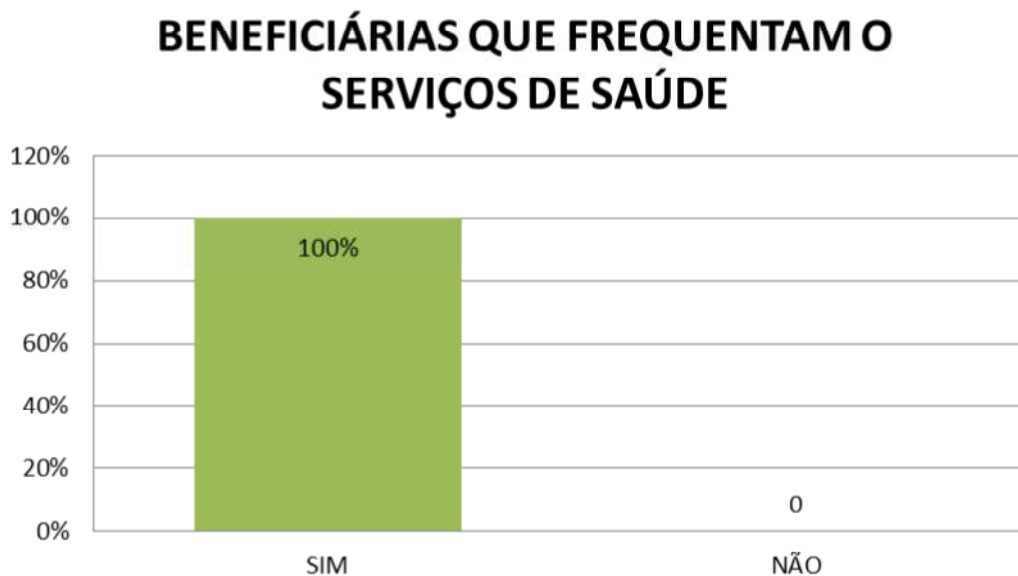
Conforme Relatório da Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário, referente ao mês de 06 do ano de 2016 no qual informa de maneira quantitativa o acompanhamento da condicionalidade do perfil saúde do município de Sumé/PB, mostra um total de 2.298 famílias (com crianças de até 7 anos e mulheres de 14 a 44 anos) que estão em cumprimento com a condicionalidade saúde, sendo que destas 292 famílias não está cumprindo o que foi preconizado no PBF, portanto sujeitas ao bloqueios com evolução para o cancelamento.

De acordo com a pesquisa (AIBF II 2012) “O programa contribuiu para a redução da prevalência crônica da desnutrição aguda entre 2005 e 2009, e também para a redução mais

significativa da desnutrição aguda entre os beneficiários, além de beneficiar de modo geral, a população brasileira”.

A expectativa da condicionalidade na conjuntura de saúde das famílias submete-se a oferta dos serviços de saúde do município, da qualidade e de alguns fatores que se relaciona ao acesso a informação, a disposição física dos beneficiários em buscar aos serviços, do tempo de espera no atendimento e em alguns casos, de resistência das famílias em aderir á essa condicionalidade.

Gráfico 14– Beneficiárias que frequentam o serviço de saúde.



Fonte: Dados da pesquisa (2017).

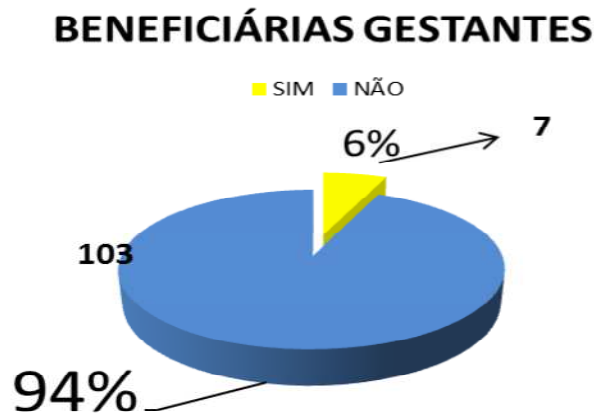
4.3.3 Análise da Condicionalidade Saúde – Gestante

Dando prosseguimento a condicionalidade da saúde e o de acompanhamento que permite verificar e identificar as gestantes que obrigatoriamente necessitaram realizar o pré-natal e todo o atendimento médico necessário.

Portanto, fica evidente que diante do estudo realizado em uma amostra de 110 respondentes onde comprova uma minoria de 6% (7) são gestantes e fazem o acompanhamento do pré-natal, sendo que 94% (103) não estão gestantes.

De acordo com a pesquisa da AIBF II (2012) “mulheres grávidas beneficiárias do programa também se mostraram mais presentes no acompanhamento pré-natal, comparecendo a visitas de pré-natal a mais do que as não beneficiárias”.

Gráfico 15 – Beneficiárias Gestantes.



Fonte: Dados da pesquisa (2017).

4.3.4 Análise da Condicionalidade – Educação

O propósito desta condicionalidade relacionada à educação é de averiguar, diante das respostas das mães beneficiárias do PBF, se os seus filhos crianças e jovens (6 a 17 anos) frequentam e sabem da importância que é estar na escola. Esta condicionalidade permite com que além da família receber o benefício monetário, essas crianças e jovens a longo prazo, possam ter uma perspectiva de estarem agregando conhecimento em sua permanência na escola e conseqüentemente sendo ingressadas no mercado de trabalho assim que estiverem aptas. Sendo assim, vislumbrarem maiores possibilidades quando ficarem adultas, saindo da condição de pobreza que vivem.

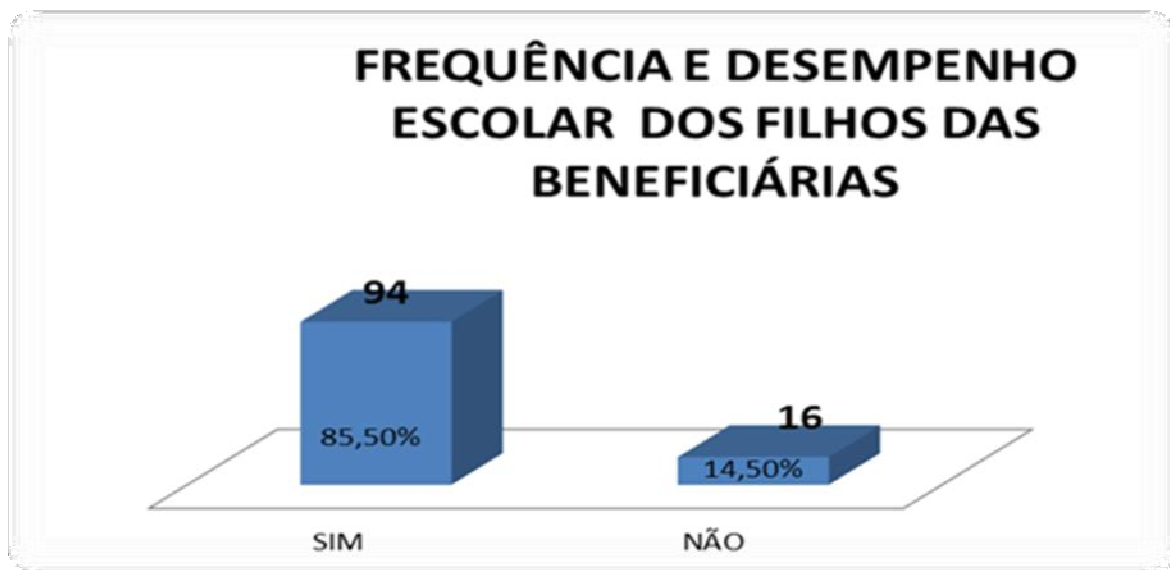
A família tem como contra partida matricular as crianças de 6 a 17 anos em estabelecimentos regular de ensino, viabilizando para que seu filho tenha no mínimo 85% da carga horária mensal, informando sempre da ausência a aula quando necessário com justificativa, outra exigência também é que caso haja mudança de escola, dirigir-se ao PBF e comunicar a alteração da unidade escolar. Segundo a pesquisa de avaliação do PBF II (2012)

afirma que “os alunos beneficiários do Bolsa Família que cumprem a condicionalidade de educação apresentam frequência escolar acima de 85% “.

Portanto, ao explorar este quesito da condicionalidade da educação, perguntando se os filhos frequentavam as aulas, bem como o desempenho escolar, ficou evidente que em uma amostra de 110 respondentes beneficiárias 85,5% (94) frequentam e tem um bom desempenho escolar, sendo que 14,5% (16) não tem uma boa frequência e nem um bom desempenho escolar. Nos relatos das mães falavam sobre a importância de manter e incentivar os filhos, pois não queriam que todas as dificuldades financeiras enfrentadas por elas não se repetissem com seus filhos, em contrapartida constatei mães, embora que numa minoria relataram da “luta” de manter os filhos no ambiente escolar, por motivo de não gostarem de estudar e essa ausência ocasiona por falta da frequência no bloqueio do benefício.

Está explícito no Relatório da Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário, referente ao mês de novembro do ano de 2016, onde expressa quantitativamente o acompanhamento da condicionalidade do perfil educação do município de Sumé/PB, um total de 2432 famílias beneficiárias estão em cumprimento na exigibilidade desta condicionalidade são crianças e jovens (6 a 17 anos) que frequentam a escola assiduamente permitindo a permanência no Programa Bolsa Família, sendo que em um número menos expressivo de 194 famílias que estão em situação irregular na frequência escolar.

Gráfico 16 – Frequência e desempenho escolar dos filhos das beneficiárias.



Fonte: Dados da pesquisa (2017).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao concluir esta pesquisa destacando as considerações elaboradas a partir do objetivo geral que foi investigar a eficácia dos gastos públicos do Programa Bolsa Família, na perspectiva do cumprimento das condicionalidades impostas como contrapartida das famílias elegíveis, a partir da percepção de 110 famílias beneficiárias, residentes de diversas localidades: zona urbana e rural do município de Sumé/PB. Mediante a inclusão no programa que notadamente é composta por mulheres na gestão do cartão do benefício e conseqüentemente do seu domicílio, percebeu-se o impacto direto no cumprimento das condicionalidades: educação e saúde.

Dos principais resultados encontrados de acordo com a pesquisa foi: o perfil das beneficiárias encontra-se na faixa etária de 31 a 40 anos, sendo que 100% são do sexo feminino, solteiras, no nível de escolaridade do ensino fundamental incompleto, que têm de 1 a 3 filhos, que frequentam a escola. Possuem um rendimento familiar inferior a 1 (um) salário mínimo, nos quais os que tem oportunidade de trabalhar é exercendo a função de diarista e lavadeira de roupa no setor informal . O motivo que mais impulsionou para se inscreverem no PBF, segundo as beneficiárias (maioria) foi por necessidade sem trabalho que pudesse manter a casa.

No que se refere às condicionalidades: saúde percebe-se que as beneficiárias cumprem toda a agenda do cartão de vacinação, fazem o pré-natal bem como, frequentam os serviços disponíveis nos postos médicos e hospitais. Na área da educação crianças e jovens em idade escolar (6 a 17 anos), comprova-se que a maioria frequenta a escola, fechando assim a rede de acompanhamento das condicionalidades, esse fato se formaliza de acordo com as informações do ano 2016 do portal da transparência que informa o investimento do Governo Federal no programa de transferência de renda diretamente às famílias, representando um total de R\$ 28.506.168.795,00 (Vinte e oito bilhões, quinhentos e seis milhões, cento e sessenta e oito mil e setecentos e noventa e cinco reais) em todo o território nacional e no município de Sumé/PB o repasse foi de 5.866.386,00 (Cinco milhões, oitocentos e sessenta e seis mil e trezentos e oitenta e seis reais), portanto além de suprir as necessidades de caráter emergencial dos beneficiários esse gasto social injeta dinheiro na economia do município.

De acordo com Ximenes e Agatha (2011, p.12).

“A execução do Programa Bolsa Família incorpora três dimensões centrais, quais sejam: o alívio imediato da pobreza que se concretiza pela transferência de renda direta às famílias pobres; a ruptura do ciclo de pobreza entre gerações por meio do acesso aos serviços sociais básicos de saúde, educação e assistência social, e a

disponibilidade de ações e programas complementares que qualifiquem a oferta de serviços e apoiem o desenvolvimento das famílias.”

Os Programas sociais norteiam-se por objetivos que buscam a eficácia, pois espera-se que o investimento dos recursos públicos alocados, diretamente para as famílias beneficiárias, devam produzir os efeitos propostos para que possam potencializar a capacidades das pessoas, vislumbrando o combate á pobreza, com o entendimento de que os filhos dos mais pobres, por meio do acesso aos serviços de educação e saúde, terão a possibilidade de ingressar no competitivo mercado de trabalho saindo da condição de pobreza.

REFERÊNCIAS

BARROS, R. P. de; CARVALHO, M.; MENDONÇA, R. (2009). **Sobre As utilidades do Cadastro Único**. IPEA - Texto Para Discussão n. 1414. Disponível em: <<http://docplayer.com.br/11519681-De-barros-ricardo-paes-de-carvalho-mirela-mendonca-rosane-working-paper-sobre-as-utilidades-do-cadastro-unico.html>>. Acesso em: 10 de julho de 2016.

BRASIL. Controladoria-Geral da União. **Assessoria de Comunicação Social. Esclarecimentos sobre fiscalizações no Programa Bolsa Família**. Brasília, 2007. Disponível em: <http://www.cgu.gov.br/Imprensa/Noticias/2007/noticia03707.asp>. Acesso em : 24 de julho de 2016.

BORGES, Ricardo Neves. **Qualidade do Gasto Público em Educação e Saúde: uma análise microrregional em Goiás**. Goiânia, 2012, 174p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional). Faculdades Alves Faria (ALFA).

Cartilha Bolsa Família. Atualizada jun. 2015. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/bolsa_familia/Cartilhas/Cartilha_PBF2015.pdf>. Acesso em: 12 de abril 2016.

Cartilha CADUNICO: Um direito Seu. Alagoas. Disponível em: <<http://www.assistenciasocial.al.gov.br/sala-de-imprensa/eventos/CARTILHA-CAD.pdf>>. Acesso em: 14 abril de 2016.

Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática/Ilse maria Beuren organizadora e colaboradora; colaboradores André Andrade longary, Fabiano Maury Raupp, Marco Aurélio Batista de Sousa, Romualdo Douglas Colauto, Rosimere Alves de Bona Porton.- 3. ed.- São Paulo: Atlas, 2006.

Decreto n 5.209 de 17 de setembro de 20014. Brasília. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5209.htm>. Acesso em: 15 de abril de 2016.

Decreto-Lei nº 3.877, de 24 de julho de 2001. Institui o Cadastramento único para Programas Sociais do Governo Federal Presidência da República. Disponível em: Acesso em: 01 de maio de 2016.

Decreto nº 7.636, de 7 de dezembro de 2011. Dispõe sobre o apoio financeiro da União a Estados, Distrito Federal e Municípios destinados ao aprimoramento dos serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social com base no Índice de Gestão Descentralizada do

Sistema Único de Assistência Social – IGDSUAS. Disponível: www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7636.htm.> Acesso em: 05 de maio de 2016.

FAHEL, Murilo. NEVES, Jorge Alexandre Barbosa. **Gestão e avaliação de políticas sociais no Brasil**. Belo Horizonte: PUC Minas, 2007. Disponível: <http://www.repositorio.fjp.mg.gov.br/bitstream/Brasil.pdf>. Acesso em: 22 de julho de 2016.

HOFFMANN, R. **Transferências de renda e a redução da desigualdade no Brasil e cinco regiões entre 1997 e 2004**. Revista Econômica, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, pg. 55-81, 2006.

INOJOSA, Rose Marie. **Interdisciplinidade e a configuração de um novo paradigma organizacional**. Revista da Administração Pública, Rio de Janeiro: FGV, v.32, n.2, p.35-38, mar/abr.1998. Disponível em: <http://repositorio.roca.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/2629/1/CT_GPM_III_2012_01.pdf>. Acesso em: 03 de outubro de 2016.

JANNUZI, Paulo de Martino; PINTO, Alexandre Rodrigues – Texto: **Bolsa Família e seus Impactos Nas condições de Vida da População Brasileira**:– Capítulo 10 - Livro: Programa Bolsa Família: Uma Década de Inclusão e Cidadania- 2013.Uma Síntese dos Principias. Achados da Pesquisa de Avaliação de Impactos do Bolsa Família II.

KAWAMURA, Henrique. **Efeitos do Programa Bolsa Família no Consumo de Nutrientes e Índices Antropométricos** – XIX Prêmio Tesouro Nacional 2014 – Foz do Iguaçu – PR.

Lei nº 10.836 de 2004. Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.836.htm> . Acesso em: 23 de abril de 2016.

Lei nº 8.742 de 7 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8742.htm>. Acesso em: 20 de abril de 2016.

Lei nº 4.320 de 17 de março de 1964. Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Disponível em: >. Acesso em: 04 de abril de 2016.

MARINHO, Alexandre; FAÇANHA, Luís Otávio de F. **Programas sociais - efetividade, eficiência e eficácia como dimensões operacionais da avaliação**. Rio de Janeiro: IPEA, 2001.

MARQUES, Rosa M. - **Políticas de transferência de renda no Brasil e na Argentina – Revista de Economia Política**, vol 33, nº 2 (131), p 298-314, abril-junho. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/rep/v33n2/a06v33n2.pdf>> Acesso em: 30 de maio 2016.

MENDONÇA, Alzino Furtado de. ROCHA, Cláudia Regina Ribeiro. NUNES, Heliane Prudente. **Trabalhos Acadêmicos – planejamento, execução e avaliação**. Goiânia: Faculdades Alves Faria, 2008. Disponível em: < <http://www.alfa.br/biblioteca/publicaes-alfa>> Acesso em: 30 de agosto de 2016.

MOREIRA, Márcia Maria. **O controle interno como paradigma da administração pública gerencial**. 2004. Disponível em: < <http://www.jus2.com.br>> Acesso em: 22 de Abril de 2016.

NEPP. Núcleo de Estudos de Políticas Públicas. **Modelos de avaliação de programas sociais prioritários**. Relatório Final. Universidade de Campinas, 1999. Disponível em: <http://www.paho.org/bra/index.php?gid=557&option=com_docman&task=doc_download> Acesso em: 22 de abril 2016.

PINTO, Nelson Guilherme M., CORONEL, Daniel A., FILHO, Reisoli B. – **O Programa Bolsa Família de 2014 a 2010: Efeitos do Desenvolvimento Regional no Brasil e em sua Região – Qualit@s Revista Eletrônica Vol.17. No 1,2015**.

Portaria nº 754 de 20 de outubro de 2010. Estabelece as ações, normas, critérios e procedimentos para o apoio à gestão e utilização do Índice de Gestão Descentralizada Municipal. Disponível em: <mds.gov.br/acesso-a...1/portaria/portaria-no-754-de-20-de-outubro-de-2010>. Acesso em: 10 de maio de 2016.

Portarias n.º 337/2011 e n.º 07/2012. Caderno de Orientação IGDSUAS. Disponível em: < www.sst.sc.gov.br/dias/igdsuas.php> Disponível em: 30 de abril de 2016.

Programas de transferência de renda e a questão social no Brasil. Rio de Janeiro: Fórum Nacional, 2004. (Estudos e Pesquisas, n. 85). Disponível em: <<http://www.forumnacional.org.br/publi/ep/EP0085.pdf>>. Acesso em: 12 de abril de 2016.

Políticas Sociais no Brasil: organização, abrangência e tensões da ação estatal. Disponível em: < http://ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/Cap_5-10.pdf>. Acesso em: 10 de abril de 2016.

Políticas Sociais no Brasil: A história (e atual) relação entre o “público” e o “privado” no sistema brasileiro de proteção social. Sociedade em Debate, Pelotas, 13(2). Disponível em: <<http://www.revistas.ucpel.tche.br/index.php/rsd/article/viewFile/400/354>>. Acesso em: 11 de abril de 2016.

Portaria Interministerial MEC/MDS no 3.789, de 17 de novembro de 2004, que dispõe sobre as atribuições e normas relativas às condicionalidades das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família dos programas remanescentes.

Portaria Interministerial MS/MDS no 2.509, de 18 de novembro de 2004, que dispõe sobre as atribuições e normas para a oferta e o monitoramento das ações de saúde relativas às condicionalidades das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família.

Portal da Transparência. Controladoria Geral da União. Disponível em: <<http://transparencia.gov.br/PortalTransparenciaPesquisaAcaoMunicipio>>. Acesso em: 10 de dezembro de 2016.

REZENDE, Maria de Fatima. **O programa de sorteios públicos. IX CONGRESO INTERNACIONAL DEL CLAD SOBRE LA REFORMA DEL ESTADO Y DE LA ADMINISTRACION PUBLICA.** Madrid, Espana, 2-5 nov 2004. Disponível em <http://antigo.enap.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=3959>. Acesso em: 01 maio de 2016. Acesso em: 01junho de 2016.

Relatório de Programas e ações do MDSA. Disponível em: <<http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/ri/relatorios/mds/index.php>>. Acesso em: 10 de março de 2017.

Relatório sobre o Bolsa Família e Cadastro Único. Disponível em: <<http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/RIV3/geral/relatorio.php.estimativas>>. Acesso em: 10 de março de 2017.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social.** Métodos e técnicas. 3 ed; São Paulo: Atlas, 1999. Disponível em: <<http://br.librosintinta.in/richardson-pesquisa-social-pdf.html>>. Acesso em: 03 de agosto de 2016.

SOARES, Sergei; SÁRTYRO, Natália. **O Programa Bolsa Família: desenho institucional, impactos e possibilidades futuras.** Brasília: Ipea, 2009 (Texto para Discussão, n. 1.424). Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br>>. Acesso em: 01 maio de 2016.

WANDER, A. E. Métodos e técnicas de análise regional. In: NEGRET, F. (Org.). **Desenvolvimento regional e gestão de empreendimentos: Conceitos, métodos, instrumentos e estratégias.** 1 ed. Goiânia – GO: Faculdades Alves Faria, 2010, p. 1-15. Disponível em: <<http://www.imb.go.gov.br/down/conjuntura36.pdf>>. Acesso em: 01 maio de 2016.

WORLD BANK. **O gasto público na redução da pobreza**. 2009. Disponível em <siteresources.worldbank.org/INTPRS1/Resources/383606-1205334112622/4768783-1205334135157/pubs0321.pdf> . Acesso em: 02 de agosto de 2016.

XIMENES, Daniel de Aquino; AGATHA Juliana Picoli. **A gestão das condicionalidades do Programa Bolsa Família: uma experiência intersetorial e federativa**, 2011. Disponível em: <[file:///C:/Users/EDV%C3%82NIA%20CRISTINA/Downloads/1662-2364-1-PB%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/EDV%C3%82NIA%20CRISTINA/Downloads/1662-2364-1-PB%20(1).pdf)>. Acesso em> 10 de março de 2017.

YIN, Robert K. **Estudo de caso** – planejamento e métodos. 2 ed. Porto Alegre: Bookman, 2001. Disponível em: <https://saudeglobaldotorg1.files.wordpress.com/2014/02/yin-metodologia_da_pesquisa_estudo_de_caso_yin.pdf>. Acesso em: 04 de agosto de 2016.

11) Por qual motivo se inscreveu no programa?

12) Recebe algum tipo de benefício?

13) O que mudou na vida de sua família, depois que passou a receber o Bolsa Família?

- O PBF complementa a renda.
- O PBF melhorou a vida.
- O PBF melhorou na alimentação da minha família.
- O PBF permitiu o acesso ao trabalho.
- O valor pago pelo PBF é pouco.

14) Após ser beneficiário (a) do PBF, você mantém o cartão de vacinação do seu(s) filhos (as) em dia?

15) Após ser beneficiário (a) do PBF, você frequenta os serviços de saúde ofertados pelo seu município? A saúde dos seu(s) filhos (as) melhoraram?

16) Caso a beneficiária seja gestante, tem realizado o pré-natal e acompanhamento médico?

17) Após ser beneficiário (a) do PBF meus filhos (as) melhoraram no desempenho escolar, bem como a frequência nas aulas?

18) O que você faria se o PBF acabasse?

- Eu iria trabalhar.
- Eu e minha família ficaríamos desamparados.
- Eu ficaria conformado.
- O Governo criaria outro programa.

ANEXO

RELAÇÃO DAS FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS DO BAIRRO ALTO ALEGRE - SUMÉ/PB
MORADORES ONDE ESTA LOCALIZADA A SEDE DO PBF

2017

nº	INSITULAR	ENDERECO	BAIRRO
1	2061866980	R PAULO BRAZ	ALTO ALEGRE
2	2061866982	R EXPEDIANO IZIDORO	ALTO ALEGRE
3	23624571334	R ANTONIO RODRIGUES SANTOS	ALTO ALEGRE
4	16120911139	R PAULO BRAZ	ALTO ALEGRE
5	18089877690	R ANTONIO CAETANO DE OLIVEIRA	ALTO ALEGRE
6	23742149004	R ANTONIO LEITE	ALTO ALEGRE
7	18070839348	R ESPERIDIAO IZIDORO	ALTO ALEGRE
8	18011073493	R AUGUSTO XAVIER DE SOUZA	ALTO ALEGRE
9	18011073493	R AUGUSTO XAVIER DE SOUZA	ALTO ALEGRE
10	12981604105	R JOSE BORGES SILVA	ALTO ALEGRE
11	18064411202	R ANTONIO RODRIGUES SANTOS	ALTO ALEGRE
12	18053531481	R ANTONIO LEITE	ALTO ALEGRE
13	21277814882	R ANTONIO LEITE	ALTO ALEGRE
14	18007182822	R JOSEC IPRIANO	ALTO ALEGRE
15	21278861911	R JOSEC IPRIANO	ALTO ALEGRE
16	21274057195	R JOSE QUEIROZ DE FREITAS	ALTO ALEGRE
17	20456458923	R JOSEC AVALCANTE DE QUEIROZ	ALTO ALEGRE
18	20059097671	R SEVERINA SIMOES	ALTO ALEGRE
19	18061120670	R ANTONIO LEITE	ALTO ALEGRE
20	18006358922	R PAULO BRAZ	ALTO ALEGRE
21	20812025667	R ZE DARIO SOUZA SILVA	ALTO ALEGRE
22	12997845488	R PAULO BRAZ	ALTO ALEGRE
23	16164190577	R PAULO BRAZ	ALTO ALEGRE
24	18007298159	R JOSEBITU	ALTO ALEGRE
25	20910600826	R JOSE BORGES SILVA	ALTO ALEGRE
26	16162020542	R PAULO BRAZ	ALTO ALEGRE
27	18070849704	R ANTONIO RODRIGUES SANTOS	ALTO ALEGRE
28	16048248589	R RUA DO CAMPO	ALTO ALEGRE
29	20047841249	R JOSEBITU	ALTO ALEGRE
30	18006808594	R BOA VENTURA BRAS	ALTO ALEGRE
31	21220998780	R ESPERIDIAO IZIDORO	ALTO ALEGRE
32	18049779778	R SEVERINO SIMOES	ALTO ALEGRE
33	23623848090	R MANOEL LEITE MONTEIRO	ALTO ALEGRE
34	18055788763	R JOAO FOGUETEIRO	ALTO ALEGRE
35	20644615811	R SEVERINO MULATINHO	ALTO ALEGRE
36	20053063619	R JOSE SEVERO MACEDO	ALTO ALEGRE
37	12231066842	R JOSEC IPRIANO	ALTO ALEGRE
38	20644668896	R SEBASTIAO JORGE OLIVEIRA	ALTO ALEGRE
39	20454900296	R ESPERIDIAO IZIDORO	ALTO ALEGRE
40	18059884750	R JOSEBITU	ALTO ALEGRE
41	23624813575	R ANTONIO CAETANO DE OLIVEIRA	ALTO ALEGRE
42	12919054885	R PROJETA DA	ALTO ALEGRE
43	21215489791	R SEVERINO SIMOES	ALTO ALEGRE
44	20912029524	R JOSEC IPRIANO	ALTO ALEGRE
45	23747996725	R JOSE BORGES SILVA	ALTO ALEGRE
46	12275495225	R ANTONIO RODRIGUES SANTOS	ALTO ALEGRE
47	18047444179	R JOSEBITU	ALTO ALEGRE
48	16181839160	R ESPERIDIAO IZIDORO	ALTO ALEGRE
49	16071662673	R BOA VENTURA BRAZ	ALTO ALEGRE
50	16563198253	R JOAO FOGUETEIRO	ALTO ALEGRE
51	20912027724	R VICENTE PRETO	ALTO ALEGRE
52	16605716486	R BARATA BEZERRA	ALTO ALEGRE
53	20315414299	R SEVERINO SIMOES	ALTO ALEGRE
54	20053038104	R PAULO BRAZ	ALTO ALEGRE
55	16531095084	R VICENTE PRETO	ALTO ALEGRE
56	16662470229	R PAULO BRAZ	ALTO ALEGRE
57	16531096137	R AUGUSTO XAVIER DE SOUZA	ALTO ALEGRE
58	16050466891	R ESPERIDIAO IZIDORO	ALTO ALEGRE
59	16075389068	R PEDRO PAULO DE AMORIM	ALTO ALEGRE
60	20061758706	R ANTONIO RODRIGUES SANTOS	ALTO ALEGRE
61	16481003785	R JOSE CIPRIANO	ALTO ALEGRE
62	16483521783	R AUGUSTO XAVIER DE SOUZA	ALTO ALEGRE
63	16492448554	VL ZE DARIO SOUZA SILVA	ALTO ALEGRE
64	16060266062	R JOSE CIPRIANO	ALTO ALEGRE
65	16422995831	R ANTONIO CAETANO DE OLIVEIRA	ALTO ALEGRE
66	16187654138	R AUGUSTO XAVIER DE SOUSA	ALTO ALEGRE
67	16387884870	R JOSE BORGES SILVA	ALTO ALEGRE
68	16357443817	R ZE QUINTANS DE MACEDO	ALTO ALEGRE
69	20938886791	R ANTONIO LEITE	ALTO ALEGRE
70	16115741824	R BOA VENTURA BRAZ	ALTO ALEGRE
71	16084694668	R PAULO BRAZ	ALTO ALEGRE
72	20087230245	R TRAVESA RAIMUNDO SABIA	ALTO ALEGRE
73	20034461005	R RAIMUNDO SABIA	ALTO ALEGRE
74	20053036896	R ANTONIO LEITE	ALTO ALEGRE
75	16047120211	R BOA VENTURA BRAZ	ALTO ALEGRE
76	16070879725	R ANTONIO LEITE	ALTO ALEGRE
77	20053038465	R JOSE SEVERO	ALTO ALEGRE
78	23732471256	R SEVERINO SIMOES	ALTO ALEGRE
79	16006114799	R BRAZ TRAVASSO	ALTO ALEGRE
80	16007296467	R NOBERTO ALVES EVANGELISTA	ALTO ALEGRE
81	16007873170	R ZE DARIO SOUZA SILVA	ALTO ALEGRE
82	16027542315	R SEVERINO SIMOES	ALTO ALEGRE
83	20659871887	R NICASSIA MARIA DA CONCEICAO	ALTO ALEGRE
84	20087232280	R ANTONIO CAETANO DE OLIVEIRA	ALTO ALEGRE
85	12525417498	TV MIGUEL GUILHERME	ALTO ALEGRE
86	20034461676	R ANTONIO LEITE	ALTO ALEGRE
87	16006141079	R AUGUSTO XAVIER DE SOUZA	ALTO ALEGRE
88	12212330482	R ANTONIO LEITE	ALTO ALEGRE
89	20053038112	R PAULO BRAZ	ALTO ALEGRE
90	16007969429	R BARATA BEZERRA	ALTO ALEGRE
91	20053038007	R SEVERINO SIMOES	ALTO ALEGRE
92	16053161986	R ANTONIO RODRIGUES DOS SANTOS	ALTO ALEGRE
93	16007971822	R JOSE QUEIROZ DE FREITAS	ALTO ALEGRE
94	20618667673	R ZE QUINTANS DE MACEDO	ALTO ALEGRE
95	20053036233	R JOSE CIPRIANO	ALTO ALEGRE
96	16057844891	R AUGUSTO XAVIER DE SOUSA	ALTO ALEGRE
97	16006152216	R AUGUSTO XAVIER DE SOUZA	ALTO ALEGRE
98	20912025624	R PAULO BRAZ	ALTO ALEGRE

99	16136398525	R PAULO BRAZ	ALTO ALEGRE	149	16348204309	R ANTONIO CAETANO DE OLIVEIRA	ALTO ALEGRE
100	16047926070	R ANTONIO LEITE	ALTO ALEGRE	150	23702422192	R ANTONIO LEITE	ALTO ALEGRE
101	21239882086	R JOAO FOGUETEIRO	ALTO ALEGRE	151	21077997770	R SEVERINO SIMOES	ALTO ALEGRE
102	20659871909	R TRAVESSA JOSE QUEIROZ DE FREITAS	ALTO ALEGRE	152	21212894873	R JOSE SEVERO DE MACEDO	ALTO ALEGRE
103	16134549410	R PAULO BRAZ DE MACEDO	ALTO ALEGRE	153	16070943474	TV TRAV JOSE QUEIROZ DE FREITAS	ALTO ALEGRE
104	20101420662	R JOSE BORGES SILVA	ALTO ALEGRE	154	12327058114	R PAULO BRAZ	ALTO ALEGRE
105	16047933816	R BOA VENTURA BRAZ DE SOUZA	ALTO ALEGRE	155	12327058114	R PAULO BRAZ	ALTO ALEGRE
106	20998017730	R JOSE PEDRO SILVA	ALTO ALEGRE	156	16181057936	R SEVERINO SIMOES	ALTO ALEGRE
107	20315414264	R EXPERIDIAO IZIDORIO	ALTO ALEGRE	157	12068315809	R ANTONIO LEITE	ALTO ALEGRE
108	16006174791	R AMTONIO RODRIGUES SANTOS	ALTO ALEGRE	158	20709221430	R PAULO BRAZ	ALTO ALEGRE
109	20659870244	R EXPERIDIAO IZIDORIO	ALTO ALEGRE	159	20659870678	R JOAO FOGUETEIRO	ALTO ALEGRE
110	20087229719	R TRAVESSA JOSE QUEIROZ DE FREITAS	ALTO ALEGRE	160	12373066469	R JOSE SEVERO DE MACEDO	ALTO ALEGRE
111	16047948821	R PAULO BRAZ	ALTO ALEGRE	161	13826120816	R JOAO FOGUETEIRO	ALTO ALEGRE
112	20617675125	R SEVERINO SIMOES	ALTO ALEGRE	162	20198850772	R JOAO FOGUETEIRO	ALTO ALEGRE
113	12092924712	R PROJETADA	ALTO ALEGRE	163	20316264029	R SEVERINO DE JORGE	ALTO ALEGRE
114	20657445821	R VICENTE PRETO	ALTO ALEGRE	164	14142988278	R PAULO BRAZ	ALTO ALEGRE
115	20659871003	R JOSE BITU	ALTO ALEGRE	165	20912027759	R ZE QUINTANS DE MACEDO	ALTO ALEGRE
116	20907336919	R AUGUSTO XAVIER DE SOUZA	ALTO ALEGRE	166	20659870031	R RAIMUNDO SABIA	ALTO ALEGRE
117	20907336919	R AUGUSTO XAVIER DE SOUZA	ALTO ALEGRE	167	23622080422	R ELIAS PEREIRA DE ARAUJO	ALTO ALEGRE
118	12458048244	R EXPEDIAO IZIDORIO	ALTO ALEGRE	168	12496432994	R BOA VENTURA BRAZ	ALTO ALEGRE
119	16008108311	R ANTONIO CAETANO DE OLIVEIRA	ALTO ALEGRE	169	16060075119	R JOSE SEVERO	ALTO ALEGRE
120	20392122221	R PEDRO PAULO DE AMORIM	ALTO ALEGRE	170	16071558000	R ANTONIO RODRIGUES SANTOS	ALTO ALEGRE
121	12662513774	R AUGUSTO XAVIER DE SOUZA	ALTO ALEGRE	171	20618675226	R BARATA BEZERRA	ALTO ALEGRE
122	12552724231	R JOSE CIPRIANO	ALTO ALEGRE	172	16263591308	R AUGUSTO XAVIER DE SOUZA	ALTO ALEGRE
123	16134579530	R JOSE BORGES SILVA	ALTO ALEGRE	173	16234705694	R ANTONIO RODRIGUES DOS SANTOS	ALTO ALEGRE
124	20087230709	R JOSE CIPRIANO	ALTO ALEGRE	174	16071076979	R JOSE BITU	ALTO ALEGRE
125	20463011540	R PROJETADA	ALTO ALEGRE	175	20053038295	R PAULO BRASZ	ALTO ALEGRE
126	16007435130	R PAULO BRAZ	ALTO ALEGRE	176	16320186780	VL ZE DARIO SOUZA SILVA	ALTO ALEGRE
127	20755105219	R SEVERINO SIMOES	ALTO ALEGRE	177	20315412210	R SEBASTIAO JORGE DE OLIVEIRA	ALTO ALEGRE
128	16252405079	R VICENTE PRETO	ALTO ALEGRE	178	16182805596	R JOSE SEVERO	ALTO ALEGRE
129	16048885653	R ZE DARIO DE SOUZA SILVA	ALTO ALEGRE	179	23690820169	R BOA VENTURA BRAZ	ALTO ALEGRE
130	16070998635	R BOA VENTURA BRAZ	ALTO ALEGRE	180	16181111566	R NOBERTO ALVES EVANGELISTA	ALTO ALEGRE
131	16070998848	R ANTONIO RODRIGUES SANTOS	ALTO ALEGRE	181	20053038074	R JOSE QUEIROZ DE FREITAS	ALTO ALEGRE
132	16281545495	R PAULO BRAZ	ALTO ALEGRE	182	20041165157	R PAULO BRAZ	ALTO ALEGRE
133	20659870449	R EXPERIDIAO IZIDORIO	ALTO ALEGRE	183	16183018547	R PAULO BRAZ	ALTO ALEGRE
134	16187724098	R JOSE CIPRIANO	ALTO ALEGRE	184	20659869602	R JOAO FOGUETEIRO	ALTO ALEGRE
135	20053038473	R JOSE QUEIROZ DE FREITAS	ALTO ALEGRE	185	20659870821	R BARATA BEZERRA	ALTO ALEGRE
136	12318386783	R BRAZ TRAVASSOS	ALTO ALEGRE	186	12387976071	R ANTONIO RODRIGUES DOS SANTOS	ALTO ALEGRE
137	16336674348	R JOSE SEVERO DE MACEDO	ALTO ALEGRE	187	20053038031	R JOSE QUEIROZ DE FREITAS	ALTO ALEGRE
138	16182833778	R JOSE CIPRIANO	ALTO ALEGRE	188	13433294851	R JOSE CIPRIANO	ALTO ALEGRE
139	10683335720	R RAIMUNDO SABIA	ALTO ALEGRE	189	12995564233	R JOSE CIPRIANO	ALTO ALEGRE
140	16067313988	R TRAV MIGUEL GUILHERME	ALTO ALEGRE	190	20053036756	R SEVERINO SIMOES	ALTO ALEGRE
141	16071099103	R JOAO FOGUETEIRO	ALTO ALEGRE	191	16197253756	R AUGUSTO XAVIER DE SOUZA	ALTO ALEGRE
142	20101420360	R JOSE BORGES SILVA	ALTO ALEGRE	192	12459679477	R JOSE SEVERO	ALTO ALEGRE
143	16285491500	R AUGUSTO XAVIER DE SOUZA	ALTO ALEGRE	193	12237828379	R JOSE CIPRIANO	ALTO ALEGRE
144	16075336509	R PAULO BRAZ	ALTO ALEGRE	194	20053037930	R PAULO BRAZ	ALTO ALEGRE
145	20618665220	R BOA VENTURA BRAZ	ALTO ALEGRE	195	16247829095	R PAULO BRAZ	ALTO ALEGRE
146	16290673506	R PAULO BRAZ	ALTO ALEGRE	196	10820187914	R RAIMUNDO SABIA	ALTO ALEGRE
147	20618665662	R PAULO BRAZ	ALTO ALEGRE	197	20966642559	R JOSE CIPRIANO	ALTO ALEGRE
148	16303403140	R BOA VENTURA BRAZ DE SOUZA	ALTO ALEGRE	198	16071191263	R ANTONIO RODRIGUES SANTOS	ALTO ALEGRE

199	20087698166	R ADOLFO MAYER	ALTO ALEGRE
200	12362942327	R JOSE QUEIROZ DE FREITAS	ALTO ALEGRE
201	16068076297	R NOBERTO ALVES EVANGELISTA	ALTO ALEGRE
202	23745798275	R JOSE QUEIROZ DE FREITAS	ALTO ALEGRE
203	13895453454	R PAULO BRAZ	ALTO ALEGRE
204	12627362447	R JOSE BORGES DA SILVA	ALTO ALEGRE
205	12335365055	R PAULO BRAZ	ALTO ALEGRE
206	16313277709	R JOAO FOGUETEIRO	ALTO ALEGRE
207	16064481839	R JOSE BITU	ALTO ALEGRE
208	14211463272	R PAULO BRAZ DE MACEDO	ALTO ALEGRE
209	12324792305	R PAULO BRAZ	ALTO ALEGRE
210	16182319853	R BRAZ TRAVASSOS	ALTO ALEGRE
211	20053037051	R JOSE BITU	ALTO ALEGRE
212	16238897687	R JOSE QUEIROZ DE FREITAS	ALTO ALEGRE
213	16181475940	R BOA VENTURA BRAZ	ALTO ALEGRE
214	22022596470	R PAULO BRAZ	ALTO ALEGRE
215	16285511455	R JOSE BITU	ALTO ALEGRE
216	16182320487	R VICENTE PRETO	ALTO ALEGRE
217	16285509965	R JOSE QUINTANS DE MACEDO	ALTO ALEGRE
218	16264294943	R RAIMUNDO SABIA	ALTO ALEGRE
219	20307781865	R VICENTE PRETO	ALTO ALEGRE
220	16237236903	R JOSE CIPRIANO	ALTO ALEGRE
221	16181137492	R JOAO FOGUETEIRO	ALTO ALEGRE
222	20087231985	R AUGUSTO XAVIER DE SOUZA	ALTO ALEGRE
223	16051404326	R SEVERINO SIMOES	ALTO ALEGRE
224	20041163510	R BOA VENTURA BRAZ	ALTO ALEGRE
225	16187286066	R JOSE QUEIROZ DE FREITAS	ALTO ALEGRE
226	16048115785	R PEDRO PAULO DE AMORIM	ALTO ALEGRE
227	16262547410	R EXPERIDIAO IZIDORO	ALTO ALEGRE
228	16181161466	R JOSE CIPRIANO	ALTO ALEGRE
229	16181160893	R BRAZ TRAVASSOS	ALTO ALEGRE
230	16214227398	R PAULO BRAZ	ALTO ALEGRE
231	20053037973	R ANTONIO RODRIGUES SANTOS	ALTO ALEGRE
232	16060204458	R BOA VENTURA BRAZ DE SOUZA	ALTO ALEGRE
233	16048117451	R BOA VENTURA BRAZ	ALTO ALEGRE
234	16285537667	R PAULO BRAZ	ALTO ALEGRE
235	20087229298	R JOSE BORGES SILVA	ALTO ALEGRE
236	20053036314	R PAULO BRAZ	ALTO ALEGRE
237	16183571033	R SANTOS DUMOND	ALTO ALEGRE
238	16072052585	R ANTONIO RODRIGUES SANTOS	ALTO ALEGRE
239	16291294894	R BOA VENTURA BRAZ DE SOUZA	ALTO ALEGRE
240	20041165009	R BARATA BEZERRA	ALTO ALEGRE
241	20659868835	R VICENTE PRETO	ALTO ALEGRE
242	12273546523	R ANTONIO LEITE	ALTO ALEGRE
243	20912025950	R BOA VENTURA BRAZ	ALTO ALEGRE
244	16048135301	R PAULO BRAZ	ALTO ALEGRE
245	20041163685	R AUGUSTO XAVIER DE SOUZA	ALTO ALEGRE
246	20618663058	R ZE DARIO SOUZA SILVA	ALTO ALEGRE
247	16071262764	R AUGUSTO XAVIER DE SOUZA	ALTO ALEGRE
248	23623427078	R ZE DARIO	ALTO ALEGRE

249	20986438442	R JOSE BITU	ALTO ALEGRE
250	20087231527	R PAULO BRAZ	ALTO ALEGRE
251	20041164231	R JOAO FOGUETEIRO	ALTO ALEGRE
252	20053037612	R SEVERINO SIMOES	ALTO ALEGRE
253	16355138529	R JOAO BITU	ALTO ALEGRE
254	20659869912	R ZE QUINTANS MACEDO	ALTO ALEGRE
255	16356120178	R ANTONIO LEITE	ALTO ALEGRE
256	16355908928	R JOSE CIPRIANO	ALTO ALEGRE
257	23726671583	R JOSE CIPRIANO	ALTO ALEGRE
258	20912027562	R EXPERIDIANO IZIDORIO	ALTO ALEGRE
259	23622071008	R ANTONIO LEITE	ALTO ALEGRE
260	16357029581	R BOA VENTURA	ALTO ALEGRE
261	16355919725	R RAIMUNDO SABIA	ALTO ALEGRE
262	16397698069	R PAULO BRAZ	ALTO ALEGRE
263	16435952486	R SEVERINO SIMOES	ALTO ALEGRE
264	16355937995	R JOSE BORGES SILVA	ALTO ALEGRE
265	16060320636	R NOBERTO ALVES EVAGELISTA	ALTO ALEGRE
266	16355939874	R SEVERINO SIMOES	ALTO ALEGRE
267	20618666324	R RAIMUNDO SABIA	ALTO ALEGRE
268	16355939599	R JOSE CIPRIANO	ALTO ALEGRE
269	16355941194	R BARATA BEERRA	ALTO ALEGRE
270	20315412822	R JOSE CIPRIANO	ALTO ALEGRE
271	20912025594	R JOSE QUEIROZ DE FREITAS	ALTO ALEGRE
272	16435956368	R EXPERINDIAO IZIDORIO	ALTO ALEGRE
273	20923496224	R JOSE BORGES SILVA	ALTO ALEGRE
274	16355943979	R ZE DARIO SOUZA SILVA	ALTO ALEGRE
275	20053036667	R JOSE CIPRIANO	ALTO ALEGRE
276	23699605384	R JOSE BITU	ALTO ALEGRE
277	16048202270	R PAULO BRAZ	ALTO ALEGRE
278	16071372381	R RAIMUNDO SABIA	ALTO ALEGRE
279	16374420765	R BARATA BEZERRA	ALTO ALEGRE
280	16048303204	R JOSE BORGES DA SILVA	ALTO ALEGRE
281	12062564556	R ELIAS PEREIRA DE ARAUJO	ALTO ALEGRE
282	16357625303	R JOAO FOGUETEIRO	ALTO ALEGRE
283	16071517258	R JOSE CIPRIANO	ALTO ALEGRE
284	20390517687	R JOSE CIPRIANO	ALTO ALEGRE
285	14655434275	R PROJETADA	ALTO ALEGRE
286	16499020843	R ANTONIO CAETANO DE OLIVEIRA	ALTO ALEGRE
287	23721386325	R AUGUSTO XAVIER DE SOUZA	ALTO ALEGRE
288	16387380988	R JOSE CIPRIANO	ALTO ALEGRE
289	16437268019	R RAIMUNDO SABIA	ALTO ALEGRE
290	20659870481	R EXPERIDIAO IZIDORO	ALTO ALEGRE
291	16356028840	VL JOSE QUEIROZ DE FREITAS	ALTO ALEGRE
292	20101420212	R RAIMUNDO SABIA	ALTO ALEGRE
293	16355994484	R PAULO BRAZ	ALTO ALEGRE
294	16060393137	R JOSE BORGES DA SILVA	ALTO ALEGRE
295	16060362983	R PAULO BRAZ	ALTO ALEGRE
296	23733451070	R BOA VENTURA BRAZ	ALTO ALEGRE
297	23733451070	R BOA VENTURA BRAZ	ALTO ALEGRE
298	16071390983	R RAIMUNDO SABIA	ALTO ALEGRE

299	20912024245	R AUGUSTO XAVIER DE SOUZA	ALTO ALEGRE
300	16357099881	R VICENTE PRETO	ALTO ALEGRE
301	16071458588	R AUGUSTO XAVIER DE SOUZA	ALTO ALEGRE
302	12441366647	R ANTONIO RODRIGUES SANTOS	ALTO ALEGRE
303	15147270276	R ANTONIO RODRIGUES SANTOS	ALTO ALEGRE
304	20657446429	R JOSE SEVERO MACEDO	ALTO ALEGRE
305	16353737832	R JOSE CPRIANO	ALTO ALEGRE
306	16357253651	R NOBERTO ALVES EVANGELISTA	ALTO ALEGRE
307	16377787597	R AUGUSTO XAVIER DE SOUSA	ALTO ALEGRE
308	12780930812	R AUGUSTO XAVIER DE SOUZA	ALTO ALEGRE
309	16356042878	R JOSE PEDRO DA SILVA	ALTO ALEGRE
310	16493688125	R PAULO BRAZ	ALTO ALEGRE
311	16071458073	R JOAO FOGUETEIRO	ALTO ALEGRE
312	22824116357	R ANTONIO RODRIGUES SANTOS	ALTO ALEGRE
313	20101415774	R ANTONIO LEITE	ALTO ALEGRE
314	16356669161	R EXPERIDIAO IZIDORIO	ALTO ALEGRE
315	16388080872	R JOSE SEVERO DE LIMA	ALTO ALEGRE
316	20659871917	R PAULO BRAZ	ALTO ALEGRE
317	16355962728	R ZE DARIO SOUSA SILVA	ALTO ALEGRE
318	17036047206	R JOSE CIPRIANO	ALTO ALEGRE
319	20605757415	R JOAO FOGUETEIRO	ALTO ALEGRE
320	16355983717	R AUGUSTO XAVIER DE SOUZA	ALTO ALEGRE
321	20618665743	R PAULO BRAZ	ALTO ALEGRE
322	20912027635	R EXPERIDIAO IZIDORIO	ALTO ALEGRE
323	16048229667	R ZE DARIO SOUSA SILVA	ALTO ALEGRE
324	16071391505	R ANTONIO RODRIGUES SANTOS	ALTO ALEGRE
325	12750273457	R EXPERIDIAO IZIDORIO	ALTO ALEGRE
326	16435972762	R RAIMUNDO SABIA	ALTO ALEGRE
327	16048257962	R AUGUSTO XAVIER DE SOUZA	ALTO ALEGRE
328	16050260002	R PAULO BRAZ	ALTO ALEGRE
329	16357123790	R JOSE BORGES SILVA	ALTO ALEGRE
330	16056296939	R PAULO BRAZ	ALTO ALEGRE
331	16071436762	R ANTONIO LEITE	ALTO ALEGRE
332	16047586393	R PAULO BRAZ	ALTO ALEGRE
333	20053064792	R NICASSIA MARIA DA CONCEICA	ALTO ALEGRE
334	20912025268	R ZE DARIO SOUSA SILVA	ALTO ALEGRE
335	20053063273	R PAULO BRAZ	ALTO ALEGRE
336	16357165973	R ANTONIO RODRIGUES DOS SAN	ALTO ALEGRE
337	16487378691	R JOSE BITU	ALTO ALEGRE
338	16487378691	R JOSE BITU	ALTO ALEGRE
339	16071405700	R PAULO BRAZ	ALTO ALEGRE
340	20912027643	R EXPERIDIAO IZIDORIO	ALTO ALEGRE
341	20138310356	R NICASSIA MARIA DA CONCEICA	ALTO ALEGRE
342	12358597246	R ELIAS PEREIRA DE ARAUJO	ALTO ALEGRE
343	12563262897	R JOSE QUEIROZ DE FREITAS	ALTO ALEGRE
344	12482261572	R PEDRO PAULO DE AMORIM	ALTO ALEGRE
345	20087230210	R JOSE CIPRIANO	ALTO ALEGRE
346	16071424403	R JOSE QUEIROZ DE FREITAS	ALTO ALEGRE
347	16060346333	R JOSE CIPRIANO	ALTO ALEGRE
348	20053037175	R SEVERINO SIMOES	ALTO ALEGRE
349	12123962238	R JOSE CIPRIANO	ALTO ALEGRE
350	16356335859	R BRAZ TRAVASSOS	ALTO ALEGRE
351	13005623938	R JOSE CIPRIANO	ALTO ALEGRE
352	20659870066	R ANTONIO LEITE	ALTO ALEGRE
353	16357239888	R ANTONIO LEITE	ALTO ALEGRE
354	16357116301	R JOSE BITU	ALTO ALEGRE
355	16459493449	R JOAO FOGUETEIRO	ALTO ALEGRE
356	16357814106	R SEVERINO SIMOES	ALTO ALEGRE
357	16069244525	R JOSE CIPRIANO	ALTO ALEGRE
358	16357153290	R ANTONIO LEITE	ALTO ALEGRE
359	20041164193	R BOA VENTURA BRAZ	ALTO ALEGRE
360	16356043769	R AUGUSTO XAVIER DE SOUZA	ALTO ALEGRE
361	16356054809	R JOAO FOGUETEIRO	ALTO ALEGRE
362	20659871100	R VICENTE PRETO	ALTO ALEGRE
363	16070334753	R PAULO BRAZ	ALTO ALEGRE
364	16072167080	R PAULO BRAZ DE MACEDO	ALTO ALEGRE
365	20659871836	R NICASSIA MARIA DA CONCEICA	ALTO ALEGRE
366	12468460474	R JOSE SEVERO DE MACEDO	ALTO ALEGRE
367	12463149606	R PROJETADA	ALTO ALEGRE
368	16357226778	R PROJETADA	ALTO ALEGRE
369	20618667703	R EXPERIDIAO IZIDORO	ALTO ALEGRE
370	16356018462	R VICENTE PRETO	ALTO ALEGRE
371	16071407584	R BOA VENTURA BRAZ DE SOUZA	ALTO ALEGRE
372	16071461295	VL ZE DARIO SOUSA SILVA	ALTO ALEGRE
373	16357187705	R BRAZ TRAVASSOS	ALTO ALEGRE
374	12732933939	R VICENTE PRETO	ALTO ALEGRE
375	16357224902	R PAULO BRAZ	ALTO ALEGRE
376	16356048264	R JOSE QUEIROZ DE FREITAS	ALTO ALEGRE
377	20918971297	R SEVERINO DE JORGE	ALTO ALEGRE
378	12738685449	R EXPERIDIAO IZIDORO	ALTO ALEGRE
379	16071420203	R BRAZ TRAVASSOS	ALTO ALEGRE
380	20672815944	R BRAZ TRAVASSOS	ALTO ALEGRE
381	16357226751	R ANTONIO LEITE	ALTO ALEGRE
382	16068157513	R JOSE CIPRIANO	ALTO ALEGRE
383	16060411682	R RAIMUNDO SABIA	ALTO ALEGRE
384	12653363773	R JOSE SEVERO	ALTO ALEGRE
385	16048233907	R AUGUSTO XAVIER DE SOUSA	ALTO ALEGRE
386	16356048973	R ANTONIO RODRIGUES SANTOS	ALTO ALEGRE
387	16060380302	R JOSE CIPRIANO	ALTO ALEGRE
388	20199035509	R ANTONIO RODRIGUES DOS SAN	ALTO ALEGRE
389	16355960431	R JOSE CIPRIANO	ALTO ALEGRE
390	16355987674	R JOSE BITU	ALTO ALEGRE
391	16049422673	R JOSE PEDRO DA SILVA	ALTO ALEGRE
392	16357713466	R PAULO BRAZ	ALTO ALEGRE
393	16053414337	R BRAZ TRAVASSOS	ALTO ALEGRE
394	16049443182	VL JOSE DARIO SOUSA SILVA	ALTO ALEGRE
395	16356024659	R JOAO CASSEMIRO	ALTO ALEGRE
396	20916472129	R EXPERIDIAO IZIDORO	ALTO ALEGRE
397	16357672301	R NICASSIA MARIA DA CONCEICA	ALTO ALEGRE
398	12897389453	R ANTONIO LEITE	ALTO ALEGRE

399	13566934851	R ANTONIO LEITE	ALTO ALEGRE
400	16071433712	R BOA VENTURA BRAZ	ALTO ALEGRE
401	16371675223	R ANTONIO RODRIGUES	ALTO ALEGRE
402	16043905400	R BRAZ TRAVASSOS	ALTO ALEGRE
403	12778777441	R EXPERIDIAO IZIDORO	ALTO ALEGRE
404	16436006339	R PAULO BRAZ DE MACEDO	ALTO ALEGRE
405	16075447726	R ANTONIO CAETANO DE OLIVEIRA	ALTO ALEGRE
406	16513250685	R EXPERIDIAO IZIDORIO	ALTO ALEGRE
407	16045279337	R PAULO BRAZ	ALTO ALEGRE
408	16070304471	R PAULO BRAZ	ALTO ALEGRE
409	16056344429	R ANTONIO CAETANO DE OLIVEIRA	ALTO ALEGRE
410	20910496026	R JOSE BITU	ALTO ALEGRE
411	16468313059	R JOSE BITU	ALTO ALEGRE
412	16049041270	R JOAO FOGUETEIRO	ALTO ALEGRE
413	16450666871	R BRAZ TRAVASSOS	ALTO ALEGRE
414	20053036012	R AUGUSTO XAVIER DE SOUSA	ALTO ALEGRE
415	16506818566	R NICASSIA MARIA DA COMCEICA	ALTO ALEGRE
416	20918168222	R CAETANO DE OLIVEIRA	ALTO ALEGRE
417	16357177491	R JOSE BITU	ALTO ALEGRE
418	16355962302	R JOSE PEDRO SILVA	ALTO ALEGRE
419	16356014874	R PAULO BRAS	ALTO ALEGRE
420	12442921024	R VICENTE PRETO	ALTO ALEGRE
421	16071478937	R JOAO FOGUETEIRO	ALTO ALEGRE
422	16355606158	R ANTONIO DUOLUS	ALTO ALEGRE
423	16358246233	R PROJETADA	ALTO ALEGRE
424	16360413222	R SEVERINO SIMOES	ALTO ALEGRE
425	20912025705	R JOSE BORGES DA SILVA	ALTO ALEGRE
426	16459472360	R BRAZ TRAVASSOS	ALTO ALEGRE
427	16355316044	R JOSE DARIO SOUZA SILVA	ALTO ALEGRE
428	15855296273	R JOAO FOGUETEIRO	ALTO ALEGRE
429	16048246375	R JOSE QUEIROZ DE FREITAS	ALTO ALEGRE
430	16357262847	R ANTONIO CAETANO DE OLIVEIRA	ALTO ALEGRE
431	16048285826	R PAULO BRAZ	ALTO ALEGRE
432	22809049199	R ELIAS PEREIRA DE ARAUJO	ALTO ALEGRE
433	20053038457	R PAULO BRAZ	ALTO ALEGRE
434	20659871852	R JOSE CIPRIANO	ALTO ALEGRE
435	20315414280	R SEVERINO SIMOES	ALTO ALEGRE
436	16356079879	R ANTONIO RODRIGUES SANTOS	ALTO ALEGRE
437	20618666251	R PAULO BRAZ	ALTO ALEGRE
438	23746805895	VL ZE DARIO	ALTO ALEGRE
439	16463234045	R SEVERINO SIMOES	ALTO ALEGRE
440	20659870740	R JOSE CIPRIANO	ALTO ALEGRE
441	20041163812	R RAIMUNDO SABIA	ALTO ALEGRE
442	20053036438	R SEVERINO SIMOES	ALTO ALEGRE
443	16356080850	R JOSE BITU	ALTO ALEGRE
444	16048287543	R BOA VENTURA BRAZ	ALTO ALEGRE
445	16357924211	R ANTONIO LEITE	ALTO ALEGRE
446	16071502226	R BOA VENTURA BRAZ DE SOUZA	ALTO ALEGRE
447	20618668831	R RAIMUNDO SABIA	ALTO ALEGRE
448	16048295988	R PAULO BRAZ	ALTO ALEGRE
449	16465782805	R PROJETADA	ALTO ALEGRE
450	20659871453	R EXPERIDIAO IZIDORIO	ALTO ALEGRE
451	16530967711	R PAULO BRAZ	ALTO ALEGRE
452	16435370118	R PROJETADA	ALTO ALEGRE
453	20053035830	R PAULO BRAZ	ALTO ALEGRE
454	16423067520	R JOAO FOGUETEIRO	ALTO ALEGRE
455	16071534470	R PAULO BRAZ	ALTO ALEGRE
456	16532082067	R JOSE BITU	ALTO ALEGRE
457	16071534926	R ANTONIO CAETANO DE OLIVEIRA	ALTO ALEGRE
458	20905720983	R AUGUSTO XAVIER DE SOUZA	ALTO ALEGRE
459	16056397190	R BOA VENTURA BRAZ	ALTO ALEGRE
460	20622115361	R AUGUSTO XAVIER DE SOUZA	ALTO ALEGRE
461	12928556623	R JOSE BITU	ALTO ALEGRE
462	16530423169	R JOSE BORGES SILVA	ALTO ALEGRE
463	23635244518	R JOSE SEVERO	ALTO ALEGRE
464	16060473882	R NICASSIA MARIA CONCEICAO	ALTO ALEGRE
465	16640559480	R JOSE SEVERO MACEDO	ALTO ALEGRE
466	16530428942	R MIGUEL GUILHERME	ALTO ALEGRE
467	23699269139	R SEVERINO SIMOES	ALTO ALEGRE
468	20138312006	R BARATA BEZERRA	ALTO ALEGRE
469	16640579694	R BOA VENTURA BRAZ	ALTO ALEGRE
470	16611221582	R BOA VENTURA BRAZ	ALTO ALEGRE
471	16530992627	R VICENTE PRETO	ALTO ALEGRE
472	16637163938	R ANTONIO LEITE	ALTO ALEGRE
473	16641670369	R NOBERTO ALVES EVANGELISTA	ALTO ALEGRE
474	16071564086	R ANTONIO LEITE	ALTO ALEGRE
475	16057292457	VL ZE DARIO	ALTO ALEGRE
476	16049481165	R ZE DARIO SOUZA SILVA	ALTO ALEGRE
477	23636583502	R JOAO FOGUETEIRO	ALTO ALEGRE
478	20328473736	R JOSE QUEIROZ DE FREITAS	ALTO ALEGRE
479	21290350223	R EXPERIDIAO IZIDORIO	ALTO ALEGRE
480	16633398906	R JOAO FOGUETEIRO	ALTO ALEGRE
481	16611052047	VL JOSE QUEIROZ DE FREITAS	ALTO ALEGRE
482	16611822306	R JOSE QUINTANS DE MACEDO	ALTO ALEGRE
483	16048346469	R PAULO BRAZ	ALTO ALEGRE
484	16068194230	R SEVERINO SIMOES	ALTO ALEGRE
485	16646329339	R JOSE CIPRIANO	ALTO ALEGRE
486	16667387567	R JOSE CIPRIANO	ALTO ALEGRE
487	16640036313	R VICENTE PRETO	ALTO ALEGRE
488	12392496597	R JOAO FOGUETEIRO	ALTO ALEGRE
489	12781957447	R AUGUSTO XAVIER DE SOUZA	ALTO ALEGRE
490	12729545443	R EXPERIDIAO IZIDORIO	ALTO ALEGRE
491	20644514897	R JOSE BITU	ALTO ALEGRE
492	16636999781	R JOSE CIPRIANO	ALTO ALEGRE
493	16531041588	R JOSE CIPRIANO	ALTO ALEGRE
494	20912023877	R SEVERINO SIMOES	ALTO ALEGRE
495	20041163839	R PAULO BRAZ	ALTO ALEGRE
496	16628058086	R PAULO BRAZ	ALTO ALEGRE
497	16081702856	TV TRAVESSA MIGUEL GUILHERME	ALTO ALEGRE
498	16048364726	R AUGUSTO XAVIER	ALTO ALEGRE

499	16531060949	R JOSE BITU	ALTO ALEGRE
500	16552281960	R SEVERINO SIMOES	ALTO ALEGRE
501	16056489214	R ANTONIO RODRIGUES DOS SAN	ALTO ALEGRE
502	20911878798	R VICENTE PRETO	ALTO ALEGRE
503	16613638855	R ZE QUINTANS DE MACEDO	ALTO ALEGRE
504	20672816320	R VICENTE PRETO	ALTO ALEGRE
505	16048369620	R JOSE PEDRO DA SILVA	ALTO ALEGRE
506	16629265638	R PAULO BRAZ	ALTO ALEGRE
507	16531069369	R BRAZ TRAVASSOS	ALTO ALEGRE
508	16531069865	R RAIMUNDO SABIA	ALTO ALEGRE
509	16531070219	R ANTONIO RODRIGUES DOS SAN	ALTO ALEGRE
510	16532234150	R SEVERINO SIMOES	ALTO ALEGRE
511	12689246890	R ZE QUINTANS DE MACEDO	ALTO ALEGRE
512	16675307720	R ANTONIO LEITE	ALTO ALEGRE
513	16049511994	R ZE DARIO SOUZA SILVA	ALTO ALEGRE
514	12454992347	R VICENTE PRETO	ALTO ALEGRE
515	16531076306	R ELIAS PEREIRA DE ARAUJO	ALTO ALEGRE
516	20618665492	R BRAZ TRAVASSOS	ALTO ALEGRE
517	20659871135	R JOSE BITU	ALTO ALEGRE
518	16531080427	R JOSE CIPRIANO	ALTO ALEGRE
519	16031508274	R BARATA BEZERRA	ALTO ALEGRE
520	16532257460	R EXPERIDIAO IZIDORO	ALTO ALEGRE
521	12649749441	R ZE QUINTANS DE MACEDO	ALTO ALEGRE
522	12042300030	R JOAO FOGUETEIRO	ALTO ALEGRE
523	16611865730	R SEVERINO SIMOES	ALTO ALEGRE
524	16051829629	R ANTONIO RODRIGUES	ALTO ALEGRE
525	16531090791	R JOSE SIPRIANO	ALTO ALEGRE
526	16531089068	R JOSE QUEIROZ DE FREITAS	ALTO ALEGRE
527	20087230768	R JOSE CIPRIANO	ALTO ALEGRE
528	16060591095	R BRAZ TRAVASSOS	ALTO ALEGRE
529	16071678359	R JOSE BORGES SILVA	ALTO ALEGRE
530	16060610731	R ANTONIO LEITE	ALTO ALEGRE
531	20657445759	R BARATA BEZERRA	ALTO ALEGRE
532	20087231624	R ANTONIO RODRIGUES DOS SAN	ALTO ALEGRE
533	16532929183	R NICASSIA MARIA DA CONCEICA	ALTO ALEGRE
534	16696383256	R ANTONIO RODRIGUES SANTOS	ALTO ALEGRE
535	20087230962	R ANTONIO RODRIGUES DOS SAN	ALTO ALEGRE
536	16598955859	R JOAO FOGUETEIRO	ALTO ALEGRE
537	16598970866	R AUGUSTO XAVIER DE SOUSA	ALTO ALEGRE
538	12387071532	R NICASSIA MARIA DA COMCEICA	ALTO ALEGRE
539	16048424621	R JOSE PEDRO SILVA	ALTO ALEGRE
540	20657446658	R ANTONIO LEITE	ALTO ALEGRE
541	16071714711	R JOSE BORGES SILVA	ALTO ALGRE
542	16071716811	R JOSE BORGES DA SILVA	ALTO ALEGRE
543	16638683676	R JOSE CIPRIANO	ALTO ALEGRE
544	16637430634	R AUGUSTO XAVIER DE SOUZA	ALTO ALEGRE
545	16531146320	R ANTONIO CAETANO DE OLIVEIR	ALTO ALEGRE
546	16048428112	R PAULO BRAZ	ALTO ALEGRE
547	20618669714	R BOA VENTURA BRAZ DE SOUZA	ALTO ALEGRE
548	20618669714	R BOA VENTURA BRAZ DE SOUZA	ALTO ALEGRE

549	16071703191	R JOSE SEVERO DE MACEDO	ALTO ALEGRE
550	16531514281	R SEVERINO SIMOES	ALTO ALEGRE
551	16071703515	R ANTONIO RODRIGUES SANTOS	ALTO ALEGRE
552	16586077452	R RAIMUNDO SABIA	ALTO ALEGRE
553	16035097422	R JOSE SEVERO	ALTO ALEGRE
554	16035097422	R JOSE SEVERO	ALTO ALEGRE
556	16049549754	VL JOSE QUEIROZ DE FREITAS	ALTO ALEGRE
557	16071725411	R EXPERIDIAO IZIDORIO	ALTO ALEGRE
558	16638699203	R ANTONIO RODRIGUES DOS SAN	ALTO ALEGRE
559	16060654291	R JOAO FOGUETEIRO	ALTO ALEGRE
560	12524402101	R JOSE BITU	ALTO ALEGRE
561	20905726671	R AUGUSTO XAVIER DE SOUSA	ALTO ALEGRE
562	16611902067	R ZE DARIO SOUZA SILVA	ALTO ALEGRE
563	12438647673	R JOAO FOGUETEIRO	ALTO ALEGRE
564	20988095798	TV MIGUEL GUILHERME	ALTO ALEGRE
565	16665199097	R ANTONIO RODRIGUES SANTOS	ALTO ALEGRE
566	13044500892	R JOSE CIPRIANO	ALTO ALEGRE
567	12676957440	R BOA VENTURA BRAZ DE SOUZA	ALTO ALEGRE